

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	21
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	25
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração	28
----------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	90
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	94
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

98

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	574.438.888
Preferenciais	0
Total	574.438.888
Em Tesouraria	
Ordinárias	35.860
Preferenciais	0
Total	35.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	2.250.251	1.609.530	1.641.441
1.01	Ativo Circulante	296.313	269.724	411.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.146	7.961	7.167
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.538	101	32
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.608	7.860	7.135
1.01.02	Aplicações Financeiras	177.339	203.368	252.701
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	177.339	203.368	252.701
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	177.339	203.368	252.701
1.01.03	Contas a Receber	96.026	49.574	138.593
1.01.03.01	Clientes	45.024	49.574	138.593
1.01.03.01.01	Valores a Receber de Clientes	2.334	1.513	2.608
1.01.03.01.02	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	436	40	20.325
1.01.03.01.03	Direitos de Créditos Autônomos	42.245	48.021	115.660
1.01.03.01.04	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	9	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51.002	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.169	8.683	13.171
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.169	8.683	13.171
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.169	8.683	13.171
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.633	138	151
1.01.08.03	Outros	1.633	138	151
1.01.08.03.01	Outras Contas	1.633	138	151
1.02	Ativo Não Circulante	1.953.938	1.339.806	1.229.658
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.918.521	1.295.800	1.113.798
1.02.01.04	Contas a Receber	1.861.731	1.222.459	1.048.846
1.02.01.04.01	Outras Contas a Receber	1.861.731	1.222.459	1.048.846
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	37.374	42.981	36.729
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	37.374	42.981	36.729
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.416	30.360	28.223
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.182	3.806	3.816

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	16.234	26.554	24.407
1.02.02	Investimentos	35.357	43.906	115.717
1.02.02.01	Participações Societárias	35.357	43.906	115.717
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.838	5.805	47.903
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	31.519	38.101	67.814
1.02.03	Imobilizado	54	86	121
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54	86	121
1.02.03.01.01	Imobilizado	54	86	121
1.02.04	Intangível	6	14	22
1.02.04.01	Intangíveis	6	14	22
1.02.04.01.02	Intangível	6	14	22

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	2.250.251	1.609.530	1.641.441
2.01	Passivo Circulante	98.832	49.115	99.212
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	968	971	916
2.01.01.01	Obrigações Sociais	239	258	237
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	239	258	237
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	729	713	679
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	729	713	679
2.01.02	Fornecedores	255	218	244
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	255	218	244
2.01.02.01.01	Fornecedores	255	218	244
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.591	507	3.096
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.589	505	3.094
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	1.589	505	3.094
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	2	2
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	2	2	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.961	34.601	80.629
2.01.04.02	Debêntures	65.961	34.601	80.629
2.01.04.02.01	Debêntures	53.231	34.601	80.629
2.01.04.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	12.730	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	30.057	12.818	14.327
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.105	3.684	2.886
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.105	0	0
2.01.05.02	Outros	27.952	9.134	11.441
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	27.952	9.134	11.441
2.02	Passivo Não Circulante	1.763.994	1.420.605	1.364.297
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.745.633	1.398.343	1.337.340
2.02.01.02	Debêntures	1.745.633	1.398.343	1.337.340
2.02.01.02.01	Debêntures	1.344.970	1.275.072	1.184.538
2.02.01.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	400.663	123.271	152.802

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.02	Outras Obrigações	15.768	20.152	20.152
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.768	20.152	20.152
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	15.768	2.160	2.160
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	17.992	17.992
2.02.03	Tributos Diferidos	2.593	2.110	6.805
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.593	2.110	6.805
2.03	Patrimônio Líquido	387.425	139.810	177.932
2.03.01	Capital Social Realizado	1.080.702	1.060.884	1.080.957
2.03.04	Reservas de Lucros	-5	-5	-5
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-699.894	-926.752	-914.272
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.622	5.683	11.252

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	178.761	195.474	274.205
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-197.927	-262.535	-286.293
3.03	Resultado Bruto	-19.166	-67.061	-12.088
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	236.540	37.312	-155.506
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.213	-6.726	-7.985
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	245.525	45.222	-144.696
3.04.03.01	Provisão para Perdas de Investimentos	-2.308	-7.030	0
3.04.03.02	Resultado de Ajustes a Valor Justo	271.177	303.942	104.631
3.04.03.03	Perda na Recuperação de Direitos Creditórios	-23.344	-251.690	-206.862
3.04.03.04	Reclassificação de ORA para Resultado	0	0	-42.465
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.345	733	390
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.117	-1.917	-3.215
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	217.374	-29.749	-167.594
3.06	Resultado Financeiro	9.484	17.269	34.159
3.06.01	Receitas Financeiras	9.572	17.789	34.560
3.06.02	Despesas Financeiras	-88	-520	-401
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	226.858	-12.480	-133.435
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	226.858	-12.480	-133.435
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	226.858	-12.480	-133.435
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,39492	-0,02173	-0,23229

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	226.858	-12.480	-133.435
4.02	Outros Resultados Abrangentes	939	-5.569	43.428
4.02.01	Variação no valor justo de investimentos mensurados por meio de outros resultados abrangentes	1.422	-10.264	-3.557
4.02.02	Instrumento Patrimonial Reclassificado para Resultado	0	0	42.465
4.02.03	Participação no resultado abrangente de coligada	0	0	3.978
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	-483	4.695	542
4.03	Resultado Abrangente do Período	227.797	-18.049	-90.007

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.461	4.139	-93.744
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	35.884	30.736	73.897
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	226.858	-12.480	-133.435
6.01.01.02	Depreciação e amortização	44	44	44
6.01.01.04	Baixa de investimento	0	0	42.466
6.01.01.06	Resultado de ajustes a valor justo	-265.450	-286.718	-119.066
6.01.01.08	Resultado de equivalência patrimonial	2.117	1.917	3.215
6.01.01.09	Redução ao valor recuperável	23.345	251.690	206.862
6.01.01.10	Variação monetária líquida	46.257	68.690	94.395
6.01.01.11	Provisão para perdas de investimentos	2.308	7.030	0
6.01.01.15	Custo de transação a amortizar	405	563	1.109
6.01.01.17	Reclassificação de AVJ por meio do resultado	0	0	-21.693
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-59.345	-26.597	-167.641
6.01.02.01	(Aumento)/diminuição de contas a receber (exceto JSCP e dividendos) e Direito Crédito	-396	1.095	-2.389
6.01.02.02	(Aumento)/diminuição de JSCP e dividendos a receber	-51.822	20.285	-9.699
6.01.02.03	(Aumento)/diminuição de tributos a recuperar	1.834	2.341	-3.193
6.01.02.04	(Aumento)/diminuição de títulos e valores mobiliários	26.029	49.333	-59.071
6.01.02.05	(Aumento)/diminuição de depósitos judiciais	624	10	-55
6.01.02.06	(Aumento)/diminuição de outras contas do ativo	-1.495	13	-28
6.01.02.07	Aumento/(diminuição) de fornecedores	37	-26	91
6.01.02.08	Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	-3	54	133
6.01.02.09	Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	1.084	-2.589	1.121
6.01.02.10	Aumento/(diminuição) de obrigações por repasses	12.855	-1.509	20.225
6.01.02.13	Recebimentos de direito de créditos autônomos	36.149	115.197	121.801
6.01.02.14	Juros pagos de debêntures subordinadas	-15.000	-76.864	-8.104
6.01.02.16	Juros pagos de debêntures de 3ª emissão	0	-1.516	-9.013
6.01.02.17	Amortização de debêntures de 3ª emissão	0	-28.630	-49.612
6.01.02.18	Juros pagos de debêntures de 5ª emissão	-69.241	-103.791	-68.848
6.01.02.20	Reclassificação para obrigações por repasses - Convênios	0	0	-101.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.192	-109.514	-231.118
6.02.02	Aumento de capital em outros investimentos	-28.170	-86.060	-213.094
6.02.03	Aquisições de imobilizado/intangível	-4	-1	-32
6.02.08	Aquisição de investimento	-18	-23.453	-17.992
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	47.838	106.169	103.257
6.03.04	Integralização de capital	47.838	106.169	103.257
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.815	794	-221.605
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.961	7.167	228.772
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.146	7.961	7.167

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.101.755	-5	0	-926.752	5.683	180.681
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.101.755	-5	0	-926.752	5.683	180.681
5.04	Transações de Capital com os Sócios	47.838	0	0	0	0	47.838
5.05	Resultado Abrangente Total	-68.891	0	0	226.858	939	158.906
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226.858	0	226.858
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-68.891	0	0	0	939	-67.952
5.05.02.06	Variação no Valor Justo de Investimentos Mensurados por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.422	1.422
5.05.02.07	Tributação S/Variação Valor Justo de Outros Invest. Mensurados Meio Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-483	-483
5.05.02.08	Reclassificação para Obrigações por Repasses - PPPs	-68.891	0	0	0	0	-68.891
5.07	Saldos Finais	1.080.702	-5	0	-699.894	6.622	387.425

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.080.957	-5	0	-914.272	11.252	177.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.080.957	-5	0	-914.272	11.252	177.932
5.04	Transações de Capital com os Sócios	106.169	0	0	0	0	106.169
5.04.01	Aumentos de Capital	106.169	0	0	0	0	106.169
5.05	Resultado Abrangente Total	-85.371	0	0	-12.480	-5.569	-103.420
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.480	0	-12.480
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-85.371	0	0	0	-5.569	-90.940
5.05.02.06	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-10.264	-10.264
5.05.02.07	Tributação s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	4.695	4.695
5.05.02.08	Reclassificação para obrigações por repasses-PPPs	-85.371	0	0	0	0	-85.371
5.07	Saldos Finais	1.101.755	-5	0	-926.752	5.683	180.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.341.026	-5	0	-822.016	-32.176	486.829
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.341.026	-5	0	-822.016	-32.176	486.829
5.04	Transações de Capital com os Sócios	54.025	0	0	41.179	0	95.204
5.04.01	Aumentos de Capital	103.257	0	0	0	0	103.257
5.04.08	Redução de capital	-8.053	0	0	0	0	-8.053
5.04.09	Readequação de capital	-41.179	0	0	41.179	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	-314.094	0	0	-133.435	43.428	-404.101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-133.435	0	-133.435
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-314.094	0	0	0	43.428	-270.666
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	46.443	46.443
5.05.02.06	Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-3.557	-3.557
5.05.02.07	Tributação s/variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	542	542
5.05.02.08	Reclassificação para obrigações por repasses-PPPs	-213.094	0	0	0	0	-213.094
5.05.02.09	Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios	-101.000	0	0	0	0	-101.000
5.07	Saldos Finais	1.080.957	-5	0	-914.272	11.252	177.932

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	76.849	104.692	135.943
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.021	1.656	1.934
7.01.02	Outras Receitas	74.828	103.036	134.009
7.01.02.01	Outras Receitas	1.346	733	390
7.01.02.02	Receita de Atualização de Crédito	69.754	98.761	128.634
7.01.02.03	Receita de Recuperação de Crédito	3.728	3.542	4.985
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48.378	-262.282	-261.458
7.02.04	Outros	-48.378	-262.282	-261.458
7.02.04.01	Custos Processuais	-388	-256	-290
7.02.04.02	Serviços Tomados de Terceiros	-1.678	-1.512	-1.005
7.02.04.03	Despesas Administrativas	-1.851	-1.794	-3.381
7.02.04.04	Provisão para Perdas de Investimentos	-2.308	-7.030	-49.920
7.02.04.05	Encargos Financeiros Contratuais	-18.808	0	0
7.02.04.06	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-23.345	-251.690	-206.862
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.471	-157.590	-125.515
7.04	Retenções	-44	-44	-44
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44	-44	-44
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.427	-157.634	-125.559
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	331.170	330.545	238.620
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.117	-1.917	-3.215
7.06.02	Receitas Financeiras	13.477	22.642	42.495
7.06.03	Outros	319.810	309.820	199.340
7.06.03.01	Receita de Participações Acionárias	54.360	23.102	58.581
7.06.03.02	Resultado de Ajustes a Valor Justo	265.450	286.718	140.759
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	359.597	172.911	113.061
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	359.597	172.911	113.061
7.08.01	Pessoal	8.281	7.749	7.287
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.807	6.506	6.126
7.08.01.02	Benefícios	828	783	724

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.01.03	F.G.T.S.	646	460	437
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.318	8.462	12.413
7.08.02.01	Federais	7.193	8.352	12.259
7.08.02.03	Municipais	125	110	154
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	117.140	169.180	226.796
7.08.03.01	Juros	116.011	167.451	223.029
7.08.03.02	Aluguéis	40	40	40
7.08.03.03	Outras	1.089	1.689	3.727
7.08.03.03.01	Despesa Financeira	11	147	401
7.08.03.03.02	Obrigações por Repasse	672	979	2.217
7.08.03.03.03	Custo a Amortizar	406	563	1.109
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	226.858	-12.480	-133.435
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	226.858	-12.480	-133.435

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	2.251.042	1.611.709	1.641.692
1.01	Ativo Circulante	299.953	276.482	417.595
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.538	8.983	7.307
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.550	114	172
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.988	8.869	7.135
1.01.02	Aplicações Financeiras	177.339	203.368	252.701
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	177.339	203.368	252.701
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	177.339	203.368	252.701
1.01.03	Contas a Receber	95.239	49.543	137.836
1.01.03.01	Clientes	44.237	49.543	137.836
1.01.03.01.01	Valores a Receber de Clientes	1.547	1.482	1.851
1.01.03.01.02	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	436	40	20.325
1.01.03.01.03	Direitos de Créditos Autônomos	42.245	48.021	115.660
1.01.03.01.04	Contrato de Opções Flexíveis-Venda	9	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51.002	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.527	8.815	13.346
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.527	8.815	13.346
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.527	8.815	13.346
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.310	5.773	6.405
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	3.642	5.635	6.224
1.01.08.01.01	Imóveis para Venda	3.642	5.635	6.224
1.01.08.03	Outros	1.668	138	181
1.01.08.03.01	Outras Contas	1.668	138	181
1.02	Ativo Não Circulante	1.951.089	1.335.227	1.224.097
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.919.509	1.297.025	1.156.139
1.02.01.04	Contas a Receber	1.861.887	1.222.459	1.089.874
1.02.01.04.01	Outras Contas a Receber	1.861.887	1.222.459	1.089.874
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	37.374	42.981	36.729
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	37.374	42.981	36.729

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.248	31.585	29.536
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	3.182	3.806	3.907
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	17.066	27.779	25.629
1.02.02	Investimentos	31.519	38.101	67.814
1.02.02.01	Participações Societárias	31.519	38.101	67.814
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	31.519	38.101	67.814
1.02.03	Imobilizado	55	87	122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55	87	122
1.02.03.01.01	Imobilizado	55	87	122
1.02.04	Intangível	6	14	22
1.02.04.01	Intangíveis	6	14	22
1.02.04.01.02	Intangível	6	14	22

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	2.251.042	1.611.709	1.641.692
2.01	Passivo Circulante	99.623	51.294	99.463
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.361	1.199	937
2.01.01.01	Obrigações Sociais	568	486	679
2.01.01.01.01	Encargos Trabalhistas	568	486	679
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	793	713	258
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	793	713	258
2.01.02	Fornecedores	260	218	244
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	260	218	244
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.941	723	3.244
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.797	721	3.242
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	1.797	721	3.242
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	144	2	2
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.961	34.601	80.629
2.01.04.02	Debêntures	65.961	34.601	80.629
2.01.04.02.01	Debêntures	53.231	34.601	80.629
2.01.04.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	12.730	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	30.100	14.553	14.409
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.105	3.684	2.886
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.105	3.684	0
2.01.05.02	Outros	27.995	10.869	11.523
2.01.05.02.04	Obrigações por repasse	27.995	10.869	11.523
2.02	Passivo Não Circulante	1.763.994	1.420.605	1.364.297
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.745.633	1.398.343	1.337.340
2.02.01.02	Debêntures	1.745.633	1.398.343	1.337.340
2.02.01.02.01	Debêntures	1.344.970	1.275.072	1.184.538
2.02.01.02.02	Contrato de Opções Flexíveis-Compra	400.663	123.271	152.802
2.02.02	Outras Obrigações	15.768	20.152	20.152
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.768	20.152	20.152

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	15.768	2.160	2.160
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	17.992	17.992
2.02.03	Tributos Diferidos	2.593	2.110	6.805
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.593	2.110	6.805
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	387.425	139.810	177.932
2.03.01	Capital Social Realizado	1.080.702	1.060.884	1.080.957
2.03.04	Reservas de Lucros	-5	-5	-5
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5	-5	-5
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-699.894	-926.752	-914.272
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.622	5.683	11.252

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	180.889	196.025	275.149
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-200.118	-263.280	-287.842
3.03	Resultado Bruto	-19.229	-67.255	-12.693
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	236.510	37.308	-155.164
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.542	-8.860	-9.740
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	245.706	45.338	-146.833
3.04.03.01	Provisão para Perdas em Investimentos	-2.308	-7.030	0
3.04.03.02	Resultado de ajustes a valor justo	271.177	303.942	104.631
3.04.03.03	Perda na recuperação de direitos creditórios	-23.344	-251.690	-206.862
3.04.03.04	Reclassificação de ORA para Resultado	0	0	-42.465
3.04.03.05	Perda na Recuperação de Imóveis para Venda	181	116	-2.137
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.346	830	394
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	1.015
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	217.281	-29.947	-167.857
3.06	Resultado Financeiro	9.577	17.467	34.422
3.06.01	Receitas Financeiras	9.668	17.997	34.869
3.06.02	Despesas Financeiras	-91	-530	-447
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	226.858	-12.480	-133.435
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	226.858	-12.480	-133.435
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	226.858	-12.480	-133.435
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	226.858	-12.480	-133.435
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,39492	-0,02173	-0,23229

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	226.858	-12.480	-133.435
4.02	Outros Resultados Abrangentes	939	-5.569	43.428
4.02.01	Variação no Valor Justo de Investimentos Mensurados por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.422	-10.264	-3.557
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Coligada	0	0	3.978
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Resultados Abrangentes	-483	4.695	542
4.02.05	Instrumento Patrimonial Reclassificado para Resultado	0	0	42.465
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	227.797	-18.049	-90.007
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	227.797	-18.049	-90.007

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-52.261	-81.039	-206.703
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.586	28.703	71.804
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	226.858	-12.480	-133.435
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	44	44	44
6.01.01.04	Baixa de Investimento	0	0	42.466
6.01.01.05	Redução ao Valor Recuperável	23.164	251.574	208.999
6.01.01.06	Resultado de Ajustes a Valor Justo	-265.450	-286.718	-119.066
6.01.01.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-1.015
6.01.01.10	Varição Monetária Líquida	46.257	68.690	94.395
6.01.01.11	Provisão Para Perdas de Investimentos	2.308	7.030	0
6.01.01.15	Custo de Transação a Amortizar	405	563	1.109
6.01.01.17	Reclassificação de AVJ por Meio do Resultado	0	0	-21.693
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.847	-109.742	-278.507
6.01.02.01	(Aumento)/Diminuição de Contas a Receber (Exceto JSCP e Dividendos)	-79.997	-84.119	-216.267
6.01.02.02	(Aumento)/Diminuição de JSCP e Dividendos a Receber	-396	20.285	-8.543
6.01.02.03	(Aumento)/Diminuição de Tributos a Recuperar	2.000	2.381	-3.226
6.01.02.04	(Aumento)/Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	26.029	49.333	-59.071
6.01.02.05	(Aumento)/Diminuição de Depósitos Judiciais	624	101	-146
6.01.02.06	(Aumento)/Diminuição de Outras Contas do Ativo	678	714	1.478
6.01.02.07	Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	765	-717	91
6.01.02.08	Aumento/(Diminuição) de Salários e Encargos Sociais	161	63	136
6.01.02.09	Aumento/(Diminuição) de Tributos a Recolher	1.218	-2.323	1.196
6.01.02.10	Aumento/(Diminuição) de Obrigações por Repasse	11.163	144	19.621
6.01.02.13	Recebimentos de Direitos e Créditos Autônomos	36.149	115.197	121.801
6.01.02.14	Juros pagos de debêntures subordinadas	-15.000	-76.864	-8.104
6.01.02.16	Juros pagos de debêntures de 3ª emissão	0	-1.516	-9.013
6.01.02.17	Amortização de debêntures de 3ª emissão	0	-28.630	-49.612
6.01.02.18	Juros pagos de debêntures de 5ª emissão	-69.241	-103.791	-68.848
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22	-23.454	-18.024

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02.03	Aquisições de Imobilizado/Intangível	-4	-1	-32
6.02.06	Aquisição de Investimento	-18	-23.453	-17.992
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	47.838	106.169	2.258
6.03.04	Integralização de Capital	47.838	106.169	103.258
6.03.05	Reclassificação para Obrigações por Repasse-Convênios	0	0	-101.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.445	1.676	-222.469
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.983	7.307	229.776
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.538	8.983	7.307

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.101.755	-5	0	-926.752	5.683	180.681	0	180.681
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.101.755	-5	0	-926.752	5.683	180.681	0	180.681
5.04	Transações de Capital com os Sócios	47.838	0	0	0	0	47.838	0	47.838
5.05	Resultado Abrangente Total	-68.891	0	0	226.858	939	158.906	0	158.906
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	226.858	0	226.858	0	226.858
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-68.891	0	0	0	939	-67.952	0	-67.952
5.05.02.06	Varição no Valor Justo de Investimentos Mensurados por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.422	1.422	0	1.422
5.05.02.07	Tributação S/Varição Valor Justo de Outros Invest. Mensurados Meio Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-483	-483	0	-483
5.05.02.08	Reclassificação para Obrigações por Repasses - PPPs	-68.891	0	0	0	0	-68.891	0	-68.891
5.07	Saldos Finais	1.080.702	-5	0	-699.894	6.622	387.425	0	387.425

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.080.957	-5	0	-914.272	11.252	177.932	0	177.932
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.080.957	-5	0	-914.272	11.252	177.932	0	177.932
5.04	Transações de Capital com os Sócios	106.169	0	0	0	0	106.169	0	106.169
5.04.01	Aumentos de Capital	106.169	0	0	0	0	106.169	0	106.169
5.05	Resultado Abrangente Total	-85.371	0	0	-12.480	-5.569	-103.420	0	-103.420
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.480	0	-12.480	0	-12.480
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-85.371	0	0	0	-5.569	-90.940	0	-90.940
5.05.02.06	Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-10.264	-10.264	0	-10.264
5.05.02.07	Tributação s/varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	4.695	4.695	0	4.695
5.05.02.08	Reclassificação para obrigações por repasses-PPPs	-85.371	0	0	0	0	-85.371	0	-85.371
5.07	Saldos Finais	1.101.755	-5	0	-926.752	5.683	180.681	0	180.681

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.341.026	-5	0	-822.016	-32.176	486.829	0	486.829
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.341.026	-5	0	-822.016	-32.176	486.829	0	486.829
5.04	Transações de Capital com os Sócios	54.025	0	0	41.179	0	95.204	0	95.204
5.04.01	Aumentos de Capital	103.257	0	0	0	0	103.257	0	103.257
5.04.08	Redução de Capital	-8.053	0	0	0	0	-8.053	0	-8.053
5.04.09	Readequação do capital	-41.179	0	0	41.179	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	-314.094	0	0	-133.435	43.428	-404.101	0	-404.101
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-133.435	0	-133.435	0	-133.435
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	-314.094	0	0	0	43.428	-270.666	0	-270.666
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	46.443	46.443	0	46.443
5.05.02.06	Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-3.557	-3.557	0	-3.557
5.05.02.07	Tributação s/Varição no Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis p/Venda	0	0	0	0	542	542	0	542
5.05.02.08	Reclassificação para Obrigações por Repasses-PPP's	-213.094	0	0	0	0	-213.094	0	-213.094
5.05.02.09	Reclassificação para Obrigações por Repasses-PPP's	-101.000	0	0	0	0	-101.000	0	-101.000
5.07	Saldos Finais	1.080.957	-5	0	-914.272	11.252	177.932	0	177.932

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	79.196	105.403	136.988
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.367	2.270	2.975
7.01.02	Outras Receitas	74.829	103.133	134.013
7.01.02.01	Receita de recuperação de crédito	3.728	3.542	4.985
7.01.02.02	Receita de atualização de crédito	69.754	98.761	128.634
7.01.02.03	Outras receitas	1.347	830	394
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.433	-264.007	-216.144
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.173	-745	-1.545
7.02.04	Outros	-49.260	-263.262	-214.599
7.02.04.01	Custos processuais	-388	-256	-290
7.02.04.02	Serviços tomados de terceiros	-1.856	-1.719	-1.150
7.02.04.03	Despesas administrativas	-2.736	-2.683	-4.160
7.02.04.04	Provisão para perdas de investimentos	-2.308	-7.030	0
7.02.04.05	Perda/Recuperação de valores ativos	-23.164	-251.574	-208.999
7.02.04.06	Encargos Financeiros contratuais	-18.808	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.763	-158.604	-79.156
7.04	Retenções	-44	-44	-44
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-44	-44	-44
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.719	-158.648	-79.200
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	333.388	332.680	193.251
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	1.015
7.06.02	Receitas Financeiras	13.578	22.860	42.816
7.06.03	Outros	319.810	309.820	149.420
7.06.03.01	Receita de participações acionárias	54.360	23.102	58.581
7.06.03.02	Resultado de ajustes a valor justo	265.450	286.718	90.839
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	361.107	174.032	114.051
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	361.107	174.032	114.051
7.08.01	Pessoal	9.338	8.612	7.980
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.813	7.336	6.798

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.01.02	Benefícios	835	783	724
7.08.01.03	F.G.T.S.	690	493	458
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.770	8.719	12.710
7.08.02.01	Federais	7.607	8.601	12.549
7.08.02.03	Municipais	163	118	161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	117.141	169.181	226.796
7.08.03.01	Juros	116.011	167.451	223.029
7.08.03.02	Aluguéis	40	40	40
7.08.03.03	Outras	1.090	1.690	3.727
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	12	148	401
7.08.03.03.02	Obrigações por repasse	672	979	2.217
7.08.03.03.03	Custo a amortizar	406	563	1.109
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	226.858	-12.480	-133.435
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	226.858	-12.480	-133.435

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2018 | Consolidado



Senhor acionista,

A Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S^{as}. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a MGI manteve o foco em sua missão e sua visão, com o intuito de contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto, estão abrangidos os serviços de administração de ativos e suporte administrativo prestados ao Estado por meio de contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF) e com a Advocacia Geral do Estado (AGE). Destacam-se, ainda, o Programa de Investimento em Convênios e os pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas (PPP) por intermédio da subsidiária EMIP.

A recessão econômica vivenciada pelo país ainda afeta negativamente a Companhia, impactando, sobretudo, no aumento da inadimplência dos parcelamentos que compõem a carteira de Direitos de Crédito Autônomos. A comercialização de bens imóveis e a celebração de acordos para recuperação de créditos em liquidação também é significativamente afetada pela crise. Apesar do mercado desfavorável, com empenho e profissionalismo, a MGI conseguiu, neste período, obter resultados superiores ao do ano anterior.

Em alguns aspectos, o mercado mostrou-se favorável à MGI, que obteve uma expressiva redução do custo das debêntures emitidas em razão da redução da taxa de juros. Além disso, o resultado de ajuste a valor justo do direito creditório sobre as ações emprestadas pela Companhia foi fator determinante para o lucro obtido no período.

Diante dos fatores acima elencados, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados neste período.

2. A MGI

Estrutura Societária

A MGI é uma estatal, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais (99,9557%), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (0,0288%) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (0,0093%). O restante das ações (0,0062%) encontra-se em tesouraria.

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2018 | Consolidado



A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) – 100%;
- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,02%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. – 0,02%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- Codemge – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,0001%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,94%.

Identidade Organizacional

Missão: Atuar de forma efetiva, em conjunto com a Administração Pública de Minas Gerais, nas soluções que envolvam o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

Visão: Ser modelo de suporte ao Desenvolvimento Estadual.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação, da carteira da MGI, cedidos pelos antigos bancos estaduais BEMGE e CREDIREAL, a Companhia arrecadou, no exercício de 2018, o montante de R\$3.053 mil, inferior em 14% ao mesmo período de 2017, quando a arrecadação totalizou R\$3.542 mil. A alienação de bens imóveis adjudicados pela MGI, vinculados a esses créditos, gerou uma receita de R\$675 mil no período em referência, não tendo gerado receita no exercício anterior.

Mediante contratos celebrados com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua, também, na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da MINASCAIXA e da privatização dos Bancos BEMGE e CREDIREAL e na alienação de bens imóveis não de uso, pertencentes ao Estado de Minas Gerais. No exercício de 2018, no âmbito dos contratos celebrados, a MGI repassou à SEF o montante de R\$9.791 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e alienação de bens imóveis. Esse valor foi inferior em 9% do apurado exercício de 2017, quando totalizou R\$10.801 mil.

Os resultados obtidos na gestão de ativos próprios e do Estado de Minas Gerais estão descritos no quadro a seguir.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Exercício de 2018 | Consolidado

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Δ%
Créditos em Liquidação Próprios da MGI	3.053	3.542	(14)
Bens Imóveis Próprios da MGI	675	-	-
Total Ativos MGI	3.728	3.542	5
Créditos em Liquidação do Estado de Minas Gerais	6.545	7.048	(7)
Bens Imóveis do Estado de Minas Gerais	3.246	3.753	(14)
Total Ativos do Estado de Minas Gerais	9.791	10.801	(9)

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a MGI considera relevantes os valores arrecadados.

Além dos contratos celebrados com a SEF, a MGI possui contrato com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”) para prestação de serviços de suporte administrativo. Os contratos com ambos os clientes geraram uma receita total de R\$2.021 mil no exercício em referência. Esse valor superou em 22% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$1.656 mil.

Direitos de Crédito Autônomos

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um saldo nominal de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.819.750 mil (R\$1.753.461 mil em 31 de dezembro de 2017).

Neste exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa o valor de R\$69.754 mil, enquanto os valores recebidos no período totalizaram R\$36.149 mil (R\$115.197 mil no exercício de 2017).

A Companhia possui, ainda, considerando o marco de 31 de dezembro de 2018, um saldo de R\$44.536 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo às parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos - isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias - vem aumentando no decorrer do tempo. A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o *impairment* da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Créditos Autônomos é de R\$724.149 mil na posição de 31 de dezembro de 2018 (R\$630.579 mil em 31 de dezembro de 2017).

Debêntures

Ainda de acordo com a posição de 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui obrigações decorrentes da segunda e quinta emissões de debêntures.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Exercício de 2018 | Consolidado

De janeiro a dezembro de 2018, a Companhia registrou custos de R\$116.011 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. No exercício anterior, essas despesas totalizaram R\$167.451 mil. O decréscimo de 31% foi devido à redução da taxa DI, à qual é indexada a remuneração das debêntures, e à liquidação da 3ª emissão de debêntures em agosto de 2017.

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados de janeiro a dezembro de 2018:

Pagamentos Efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total Pago
2ª emissão	15.000	-	15.000
5ª emissão	69.241	-	69.241
Total	84.241	-	84.241

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo nominal de R\$1.009.585 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais.

As debêntures subordinadas vencem em 2022 e não possuem amortizações ordinárias intermediárias de juros e principal. Podem ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o exercício, ocorreram amortizações extraordinárias de juros no montante de R\$15.000 mil.

(b) Debêntures de Quinta Emissão

Ao tomar como referência 31 de dezembro de 2018, a MGI possui um saldo de R\$674.052 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. De janeiro a dezembro, foram pagos juros semestrais no valor de R\$69.241 mil. As amortizações do principal serão devidas semestralmente a partir de julho de 2019.

Participações Acionárias

A Companhia tem participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG, Codemge e empresas do grupo Gerdau.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de R\$54.360 mil no exercício, provenientes de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pelas companhias investidas. Essas receitas superaram em 135% as auferidas em igual período do ano anterior, quando somaram R\$23.102 mil.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Exercício de 2018 | Consolidado**Convênios**

Durante o exercício em referência, a Companhia deu continuidade ao programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

A MGI repassou aos convenientes, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$2.096 mil referentes a parcelas de convênios celebrados em exercícios anteriores. Considerando as devoluções recebidas a título de prestações de contas de convênios já encerrados, que totalizaram R\$3.136 mil no período, a variação líquida foi negativa em R\$1.040 mil, de modo que o montante acumulado líquido de pagamentos passou de R\$1.174.056 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.173.016 mil em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro abaixo.

Pagamentos de Convênios (R\$ mil)				
Órgão Interveniante	Montante Líquido em 31/12/2017	Movimentação no Período		Montante Líquido em 31/12/2018
		Pagamentos	Devoluções	
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	-	-	5.018
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR	1.900	-	(1)	1.899
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	95.477	-	(90)	95.387
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	14.177	-	-	14.177
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	6.172	-	(329)	5.843
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	7.759	-	-	7.759
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	993.382	2.096	(2.118)	993.360
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	29.473	-	(586)	28.887
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234	-	-	4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.864	-	(12)	12.852
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES	3.600	-	-	3.600
TOTAL	1.174.056	2.096	(3.136)	1.173.016

Os recursos repassados, originários de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador, Estado de Minas Gerais, são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias, entre outros.

As prestações de contas desses convênios devem ser, inicialmente, apresentadas pelos convenientes às Secretarias de Estado intervenientes, em até 90 dias após o vencimento dos instrumentos originais ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas visam a confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do fim social.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Exercício de 2018 | Consolidado

A verificação do atingimento do objeto conveniado se inicia pela análise da prestação de contas pela interveniente, que emitirá pareceres técnico e financeiro, posteriormente enviados à MGI, para que proceda à sua análise e julgamento definitivo das contas.

Também é de responsabilidade das Secretarias intervenientes a inspeção física (*in loco*) desses convênios. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o consequente ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Na referência de 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 980 convênios vencidos há mais de 90 dias sem análise das respectivas prestações de contas pela MGI, conforme detalhado abaixo:

Convênios Pendentes de Prestação de Contas em 31/12/2018		
Convênios	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	1	100
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG – SECIR	135	35.945
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	1	6.172
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	17	5.839
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	712	801.471
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	105	28.208
Sec. Est. Governo - SEGOV	2	350
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES	1	3.600
TOTAL	980	896.351

Parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interveniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial (TCE) ou de tomada de contas especial, conforme detalhado abaixo:

Detalhamento da Situação dos Convênios			
	Situação	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Prestação de contas em análise na Secretaria interveniente		949	888.553
Convênios em processo de tomada de contas especial		5	1.086
Convênios com medidas administrativas anteriores a Tomada de Contas Especial		20	5.051
Prestação de contas reprovada - Medidas administrativas em andamento		1	100
Omissão em prestar contas		5	1.562
	Total	980	896.352

A MGI tem agido junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar e acompanhar a referida prestação de contas, buscando, periodicamente, informações sobre a análise dessas contas. Além disso, a Companhia vem aprimorando continuamente seus controles internos, com o intuito de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Exercício de 2018 | Consolidado

de Estado de Governo de Minas Gerais (SIGCON). Adicionalmente, a Companhia cumpre com todas as suas atribuições previstas no âmbito de governança estabelecida para convênios.

Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público privadas. Para tanto, assume obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza, no âmbito dos referidos contratos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram pagos como contraprestações aos Parceiros Privados, referentes às competências de 2017, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$28.176 mil. No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$85.214 mil.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso. No exercício em referência, houve receita líquida com a venda de 13 imóveis no valor de R\$2.128 mil. No exercício anterior, foi auferida receita líquida de R\$551 mil com a venda de 18 imóveis.

A crise econômica vivenciada pelo país e a baixa liquidez de muitos imóveis componentes da carteira da EMIP impactaram nesse resultado.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - CONSOLIDADO**Receita Operacional Líquida**

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)	Análise Vertical 2018 (%)
Variação monetária ativa	69.754	98.761	(29)	39
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	50.625	70.069	(28)	28
Receita de participação acionária	54.360	23.102	135	30
Recuperação de Créditos	3.728	3.542	5	2
Prestação de serviços	2.021	1.656	22	1
Receitas de vendas de imóveis	2.346	614	282	1
PIS/COFINS/ISS	(1.945)	(1.719)	13	(1)
TOTAL	180.889	196.025	(8)	100

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$180.889 mil, 8% inferior ao mesmo período de 2017, quando alcançou R\$196.025 mil.

Os fatores preponderantes para a redução da receita operacional líquida foram: (i) a receita de variação monetária ativa dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 29%, em virtude, principalmente, da redução da taxa Selic; (ii) a receita de amortização do ajuste a valor justo no

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Exercício de 2018 | Consolidado

reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 28% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da redução do saldo a amortizar. Essas receitas representaram, respectivamente, 39% e 28% da receita operacional líquida do período. A receita de participação acionária teve uma variação positiva de 135%, no valor de R\$54.360 mil devido à distribuição de dividendos pela CEMIG integralmente na Assembleia Geral Ordinária, ao contrário de outros anos, quando a companhia antecipou a distribuição de juros sobre capital próprio, imputados aos dividendos obrigatórios.

Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Variação (%)	Análise Vertical 2018 (%)
Juros sobre debêntures	116.011	167.451	(31)	58
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	56.351	87.292	(35)	28
Pessoal	4.302	5.137	(16)	2
Amortização de custos de transação	406	563	(28)	-
Obrigações por repasse	672	979	(31)	-
Serviços de terceiros	679	658	3	-
Custos dos imóveis vendidos	2.191	745	194	1
Despesas judiciais	388	256	52	-
Demais custos	310	199	56	-
Encargos financeiros contratuais*	18.808	-	-	9
CUSTO TOTAL	200.118	263.280	(24)	100

*waiver a favor do Credit Suisse

O custo operacional totalizou R\$200.118 mil no exercício, inferior em 24% ao exercício anterior, quando atingiu R\$263.280 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures, que totalizaram R\$116.011 mil no exercício, representando 58% do custo total. Este custo apresentou diminuição de 31% em relação ano anterior, em virtude da liquidação da 3ª emissão, em agosto de 2017, e da redução da taxa de juros, que interfere diretamente no custo financeiro das debêntures, cuja remuneração é indexada à taxa DI.

Outro item relevante para o custo total foi a amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$56.351 mil no exercício, 35% inferior ao exercício de 2017.

Neste exercício de 2018, houve o acréscimo de encargos financeiros de R\$18.808 mil referentes ao *waiver* pela suspensão temporária do empréstimo adicional de 5.148.354 ações preferenciais de CEMIG ao Credit Suisse.

Os demais custos foram pouco representativos para os resultados da empresa.

Relatório da Administração**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
Exercício de 2018 | Consolidado**Resultado Operacional Bruto**

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$19.229 mil no exercício, enquanto no exercício ano anterior houve resultado negativo de R\$67.255 mil.

A redução daquele resultado deveu-se, principalmente, à diminuição da taxa de juros, que proporcionou uma significativa redução do custo com debêntures, e ao aumento da receita de participação acionária.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 45,2%, de R\$17.467 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$9.577 mil em 31 de dezembro de 2018.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos. A redução se deu pela diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão do pagamento das debêntures.

LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Δ%
Resultado do Período	226.858	(12.480)	(1918%)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	-	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(9.577)	(17.467)	(45%)
(+) Depreciação e Amortização	44	44	0%
LAJIDA	217.325	(29.903)	(827%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(271.177)	(303.942)	(11%)
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	23.345	251.690	(91%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajuste no Reconhecimento Inicial	5.727	17.223	(67%)
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda	(181)	(116)	56%
(+) Provisão para Perda em Participações Societárias	2.308	7.030	67%
LAJIDA AJUSTADO	(22.653)	(58.018)	(61%)

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2018, LAJIDA positivo de R\$217.325 mil. No exercício anterior, o indicador foi negativo, no valor de R\$29.903 mil.

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2018 | Consolidado



(a) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- *Impairment* dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.
- *Impairment* dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade da subsidiária EMIP).

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$22.653 mil em 31 de dezembro de 2018. No exercício anterior, esse indicador foi negativo em R\$58.018 mil.

Resultado Líquido

A Companhia obteve resultado operacional negativo e decréscimo no lucro financeiro auferido no exercício. A empresa apresentou um lucro líquido de R\$226.858 mil no exercício de 2018, enquanto, no exercício anterior, obteve resultado líquido negativo de R\$12.480 mil.

5. ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar às informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2018 | Consolidado



Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Concursos, Debêntures, Editais, Institucional, Conselho de Ética, Imóveis e Transparência”, de forma objetiva e em linguagem acessível.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – por meio do qual é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

6. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Brasil, Bolsa e Balcão – B3, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/06/2019.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o advento da Lei Federal nº 13.303/2016 (“Lei das Estatais”), que estabelece o novo Estatuto Jurídico das empresas estatais, a MGI implementou uma série de mudanças com o intuito de aprimorar seus controles internos, políticas e estrutura de governança corporativa. Essas mudanças, entretanto, não são estáticas, mas o início de um novo ciclo de melhoria contínua, que propiciará o fortalecimento da estratégia corporativa da MGI.

Entre as principais mudanças implementadas, destacam-se:

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2018 | Consolidado



- Implementação do Comitê de Auditoria Estatutário, de uma área responsável pela conformidade e gestão de riscos e de uma ouvidoria;
- Maior independência da auditoria interna, com sua vinculação direta ao Conselho de Administração;
- Aprovação do Código de Ética, Conduta e Integridade;
- Aprovação do Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
- Aprovação do Regulamento Interno de Proteção à Informação;
- Aprovação do Regimento Interno de Treinamento e Avaliação de Membros Estatutários;
- Aprovação dos Regimentos Internos dos órgãos estatutários;
- Aprovação de novas políticas:
 - Política de Indicação de membros dos órgãos estatutários, observando os requisitos e vedações dispostos na Lei das Estatais e os critérios de independência;
 - Política de Transações com Partes Relacionadas;
 - Política de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos;
 - Política de Gestão de Pessoas;
 - Política de Porta-Vozes;
 - Atualização da Política de Divulgação de Informações;
 - Política de Distribuição de Dividendos;
 - Política de Classificação de Informações.

As políticas, regimentos e regulamentos, bem como o novo Estatuto Social, estão divulgados no sítio eletrônico da MGI.

A Companhia promoveu, no exercício de 2018, treinamento externo com o tema “Estatais: Governança, compliance, gestão de riscos, controle interno, integridade, contratações e noções de aspectos estatutários”, do qual participaram os diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria estatutário, superintendente, gerentes e outros colaboradores selecionados. O conteúdo desse treinamento será disseminado para todos os colaboradores no exercício de 2019.

No exercício de 2019, a Companhia divulgará, pela primeira vez, o Relatório Integrado e a Carta Anual de Governança Corporativa, relativos ao exercício de 2018.

A Administração da Companhia entende que as adequações realizadas em função da Lei das Estatais transcendem o mero atendimento a uma obrigação legal para agregar grandes melhorias de gestão e transparência, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa, sendo essas mudanças benéficas não apenas para a Companhia, mas para todos os seus stakeholders.

8. AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se, exclusivamente, à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a prestação de outros serviços.

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício de 2018 | Consolidado



9. AGRADECIMENTOS

A Diretoria da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2018 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019

A Administração



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;

Notas Explicativas



- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de dezembro de 2018.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$3.728 e R\$3.542, respectivamente (veja nota 18).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” - vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$724.149, em 31 de dezembro de 2018, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto. Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 7.c)

Notas Explicativas



A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, em série única, da Espécie com Garantia Real, no montante de R\$ 316.000, cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela alienação fiduciária de 10 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 81.911.347 ações CMIG4s (vide nota 12.a.1), e pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 20 de março de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em coligada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas



d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o CPC / IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e as informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 12 – Outros investimentos
- Nota 13 – Debêntures
- Nota 14 – Obrigações por repasse

e. Reapresentação de valores correspondentes

As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades desenvolvam políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de suas demonstrações contábeis e que essas políticas sejam aplicadas de forma consistente e comparativas durante todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis para efeito de comparabilidade.

Assim, em atendimento ao CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, a Companhia efetuou retrospectivamente o impacto da baixa do contas a receber do EMG na controlada EMIP em contra partida à conta de reclassificação de convênios e PPP's no patrimônio líquido, conseqüentemente, a redução do investimento na controladora/coligada e a redução na contas a receber de cliente e outros créditos, como forma de garantir a comparabilidade das informações apresentadas no Balanço Patrimonial Controladora e Consolidado e na demonstração do Patrimônio Líquido:

Notas Explicativas



Ativo	BALANÇO PATRIMONIAL			CONSOLIDADO		
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2017 Divulgado	Ajustes	2017 Reapresentado	2017 Divulgado	Ajustes	2017 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	7.961		7.961	8.983		8.983
Títulos e valores mobiliários	203.368		203.368	203.368		203.368
Contas a receber de clientes e outros créditos	49.534		49.534	49.503		49.503
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	40		40	40		40
Tributos a recuperar	8.683		8.683	8.815		8.815
Imóveis para venda	-		-	5.635		5.635
Outras contas	138		138	138		138
Total do ativo circulante	269.724		269.724	276.482		276.482
Títulos e valores mobiliários	-		-	-		-
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.179.919		1.179.919	1.220.790	(40.871)	1.179.919
Opções flexíveis de venda	85.521		85.521	85.521		85.521
Tributos a recuperar	26.554		26.554	27.779		27.779
Depósitos judiciais	3.806		3.806	3.806		3.806
Investimentos em controlada/coligada	46.676	(40.871)	5.805	-		-
Outros investimentos	38.101		38.101	38.101		38.101
Imobilizado	86		86	87		87
Intangível	14		14	14		14
Total do ativo não circulante	1.380.677	(40.871)	1.339.806	1.376.098	(40.871)	1.335.227
Total do ativo	1.650.401	(40.871)	1.609.530	1.652.580	(40.871)	1.611.709
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	2017 Divulgado	Ajustes	2017 Reapresentado	2017 Divulgado	Ajustes	2017 Reapresentado
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	218		218	218		218
Salários e encargos sociais	971		971	1.199		1.199
Tributos a recolher	507		507	723		723
Debêntures	34.601		34.601	34.601		34.601
Obrigações por repasse	12.818		12.818	14.553		14.553
Total do passivo circulante	49.115		49.115	51.294		51.294
Opções flexíveis de compra	123.271		123.271	123.271		123.271
Debêntures	1.275.072		1.275.072	1.275.072		1.275.072
Obrigações por repasse	20.152		20.152	20.152		20.152
Passivo fiscal diferido	2.110		2.110	2.110		2.110
Total do passivo não circulante	1.420.605		1.420.605	1.420.605		1.420.605
Total do passivo	1.469.720		1.469.720	1.471.899		1.471.899
Patrimônio líquido						
Capital social subscrito	3.521.254		3.521.254	3.521.254		3.521.254
Capital social a realizar	(472.910)		(472.910)	(472.910)		(472.910)
Reclassificação PPP's e Convênios	(1.946.589)	(40.871)	(1.987.460)	(1.946.589)	(40.871)	(1.987.460)
Ações em tesouraria	(5)		(5)	(5)		(5)
Prejuízos acumulados	(926.752)		(926.752)	(926.752)		(926.752)
Ajuste de avaliação patrimonial	5.683		5.683	5.683		5.683
Total do patrimônio líquido	180.681	(40.871)	139.810	180.681	(40.871)	139.810
Total do passivo e patrimônio líquido	1.650.401	(40.871)	1.609.530	1.652.580	(40.871)	1.611.709

Adicionalmente, essas alterações não provocaram nenhum efeito nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado.

Notas Explicativas



3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas as demonstrações financeiras individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas Explicativas



Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial, a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Notas Explicativas



A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

<u>Categoria de instrumentos financeiros (Consolidado)</u>	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
<u>Ativo:</u>				
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e Recebíveis	VJR	4.538	4.538
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e Recebíveis	VJR	177.339	177.339
Contas a receber				
Conta a receber de clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	97.677	97.677
Direitos de créditos autônomos	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	724.149	724.149
Direitos creditórios Credit Suisse	VJR	VJR	1.135.291	1.135.291
Investimentos				
Investimentos - Cemig e Copasa	Ativo disponível para venda	VJORA	12.687	12.687
Outros Investimentos	Ativo financeiro até o vencimento	VJORA	18.832	18.832
Contrato de opções flexíveis de venda	VJR	VJR	37.383	37.383
Total do Ativo financeiro			2.207.895	2.207.895

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 13 e 14).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas



iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são creditados durante o exercício de competência.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e aos mensurados a VJORA. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e - Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia, sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos, identificados como não tendo sofrido perda de valor, individualmente, são, então avaliados coletivamente, quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui-se um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (veja nota 7.c), crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (veja nota 7.d).

Notas Explicativas



Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de default, conforme estabelecido na nota explicativa 7.c.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base o mês de emissão da nota fiscal, que ocorre semestralmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF, anualmente para o contrato de administração de imóveis também celebrado com a SEF, e, mensalmente, para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”).

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

Notas Explicativas



g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

h. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas, como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor, ou grupo de pessoas, que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

i. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

j. Novas normas adotadas

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará representação de informações comparativas.

Notas Explicativas



A Companhia implementou mudanças na classificação de certos instrumentos financeiros.

(a) Classificação e mensuração

A Companhia declara que não houve impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os Direitos Creditórios junto ao Banco *Credit Suisse* são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os Direitos de Crédito Autônomos, títulos e valores mobiliários, empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa, representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia mantém os critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9.

Outros investimentos e imóveis destinados para venda são mensurados a valor justo, por meio de outros resultados abrangentes, não impactando no resultado registrado.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia registra as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência dos contribuintes.

(c) Contabilidade de *hedge*

A Companhia determina que todas as relações de *hedge* eficazes são qualificadas para fins de contabilização de *hedge* de acordo com a IFRS 9.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens, ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos para a Companhia em relação à época, para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

A Companhia atua na prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo o Estado de Minas Gerais - EMG, em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”), também atua na prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG, em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”). A Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao

Notas Explicativas



recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”), referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG, a Companhia reconhece com receita a variação da correção monetária.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita, de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado, tendo como base na competência da prestação de serviços, que ocorre semestralmente para o contrato de administração de ativos celebrado com a SEF, anualmente para o contrato de administração de imóveis também celebrado com a SEF, e mensalmente para o contrato de suporte administrativo celebrado com a Advocacia Geral do Estado (“AGE”).

Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes, decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 16 Leases (Operações de Arrendamento Mercantil)

O CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – *Leases*, emitida em janeiro de 2016, equivalente à norma internacional IAS 17. Ele estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial e entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Notas Explicativas



A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia avaliou os princípios e alterações trazidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação das operações de arrendamento mercantil e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório e aluguéis (como copiadoras de microchips e arquivo de documentos) que são considerados de baixo valor.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Interpretação Técnica ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, equivalente à Interpretação IFRIC 23 – *Uncertainty over Income Tax Treatments*, estabelece os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro.

O Tratamento fiscal incerto consiste em procedimento tributário relacionado aos tributos sobre o lucro, nomeadamente o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação à jurisdição brasileira, para o qual há incerteza sobre a sua aceitação em caso de inspeção por autoridades fiscais.

A Companhia avaliou os potenciais impactos pela nova interpretação e concluiu que a sua adoção não trará potenciais impactos nas demonstrações financeiras em relação ao reconhecimento (é provável que o tratamento fiscal seja aceite) e mensuração (está de acordo com os registros fiscais). A Companhia apura o IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% respectivamente.

O IRPJ e CSLL diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes. Em relação ao ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais, nos próximos anos.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Notas Explicativas



Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (isto é, vida, ramos elementares, seguro direto e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Passará a vigorar para os períodos de relatório iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, com a exigência de valores para fins comparativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 e IFRS 17. Adoção antecipada não é permitida.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “*valuation*”. Técnicas de “*valuation*” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 24).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos *Credit Suisse* e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

No exercício de 2017, a Companhia adotou uma mudança de estimativa contábil referente ao cálculo da perda estimada da carteira no que se refere à expectativa de perda da renegociação.

Notas Explicativas

A renegociação refere-se à majoração da carteira em virtude dos parcelamentos. Os créditos parcelados, normalmente, apresentam valor superior ao parcelamento original, em virtude do alongamento do prazo e, sobretudo, da mudança das condições dos parcelamentos, incluindo a exclusão ou diminuição de descontos concedidos no parcelamento original. Portanto, essas renegociações aumentam consideravelmente o valor nominal da carteira, conforme demonstrado abaixo:

Fluxo da carteira em 31/12/2018:	Valor Nominal	(=)	Renegociação	(=)	EAD
	1.484.021		335.729		1.819.750

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a perda estimada da carteira (PE), calculada conforme nota explicativa 24.m, subtraído o Ajuste a Valor Justo (AVJ), explicado na nota 7.c. Os valores obtidos estão demonstrados abaixo:

Período	Exposição da Carteira (EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo DCA (EAD - PE - AVJ)
31/12/2017	1.753.461	1.028.721	94.161	630.579
31/12/2018	1.819.750	1.052.065	43.536	724.149

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida em troca das debêntures, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	1.538	101	1.550	114
Aplicações financeiras	2.608	7.860	2.988	8.869
	4.146	7.961	4.538	8.983

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa3 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody’s.

Notas Explicativas



6 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Arcelor Mittal	a.	-	2.221	-	2.221
Aplicações financeiras	b.	-	4.870	-	4.870
Aplicações financeiras vinculadas	c.	177.339	196.277	177.339	196.277
Total		177.339	203.368	177.339	203.368

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como custo amortizado e referem-se a:

- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela venceu em 30 de dezembro de 2017, liquidada em 02 de janeiro de 2018.
- Em 31 de dezembro de 2018, não valor houve rendimento de aplicação financeira da Companhia vinculada aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);
- As aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da quinta emissão. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas na respectiva escritura. A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber e outros créditos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
JCP/Dividendos a receber - parte relacionada	a.	436	40	436	40
Valores a receber de clientes - parte relacionada	b.	1.451	1.352	1.451	1.352
Outras contas a receber - diversos		82	81	82	116
Créditos a recuperar		14	14	14	14
Direitos de Créditos Autônomos	c.	42.245	47.532	42.245	47.532
Floating a creditar	d.	-	489	-	489
Contas a receber - EMIP - Partes relacionadas		787	66	-	-
Contas a receber - Credit Suisse	i.	51.002	-	51.002	-
Circulante		96.017	49.574	95.230	49.543
Direitos de Créditos Autônomos	c.	681.904	583.047	681.904	583.047
Contas a receber do EMG	e.	44.536	42.982	44.536	42.982
Valores a receber do Estado ref. PPP	h.	-	-	156	-
Créditos a receber - Goes Cohabita	f.	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	f.	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Direitos Créditórios - Credit Suisse	g.	1.135.291	553.890	1.135.291	553.890
Não Circulante		1.861.731	1.179.919	1.861.887	1.179.919
TOTAL		1.957.747	1.229.493	1.957.117	1.229.462

Notas Explicativas



- a. Juros sobre o capital próprio a receber do BDMG, no valor de R\$400, da CEMIG, no valor de R\$33 e da CODEMGE no valor de R\$3, perfazendo o total de R\$436.
- b. A Companhia possui com o EMG contratos de prestação de serviços firmados junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”), no valor de R\$ 97, e à Advocacia Geral do Estado (“AGE”), no valor de R\$ 1.354, perfazendo o total de R\$ 1.451.
- c. Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a SEF e a AGE, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 14.d).

O valor nominal adquirido de R\$1.819.000 teve como contrapartida a emissão das debêntures subordinadas, no mesmo valor, registradas no passivo a longo prazo.

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2018.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Movimentação	Renegociação	Varição AVJ e impairment	Atualização monetária	Recebimentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2018
Circulante	47.533	(24.287)	-	-	56.216	(36.149)	(1.555)	41.758
Não Circulante	1.705.928	24.287	33.749	-	13.538	-	490	1.777.992
Ajuste a valor justo Impairment acumulado	(94.161)	-	-	50.625	-	-	-	(43.536)
	(1.028.721)	-	-	(23.344)	-	-	-	(1.052.065)
Totais	630.579	-	33.749	27.281	69.754	(36.149)	(1.065)	724.149

	Saldo em 31/12/2016	Movimentação	Renegociação	Varição AVJ e impairment	Atualização monetária	Recebimentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2017
Circulante	112.483	9.519	-	-	44.291	(115.197)	(3.563)	47.533
Não Circulante	1.674.500	(9.519)	(13.522)	-	54.469	-	-	1.705.928
Ajuste a valor justo Impairment acumulado	(164.229)	-	-	70.068	-	-	-	(94.161)
	(1.092.533)	-	315.502	(251.690)	-	-	-	(1.028.721)
Totais	530.221	-	301.980	(181.622)	98.760	(115.197)	(3.563)	630.579

Notas Explicativas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$1.065 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG, que serão repassados à MGI ao término da operação (“contas a receber do EMG”), e valores pagos nos últimos dois dias do mês, que serão recebidos pela MGI nos dois primeiros dias úteis do mês subsequente (floating a creditar).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 24.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS	
CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	2.370
Até 12 meses	39.388
de 12 a 24 meses	37.034
de 24 a 36 meses	34.806
de 36 a 48 meses	26.500
de 48 a 60 meses	23.713
Após 60 meses	54.232
Total do valor nominal atualizado	218.043
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.601.707
Ajustes a valor justo (2)	(43.536)
Impairment acumulado (3)	(1.052.065)
Total	724.149

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo – AVJ - no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31 de dezembro de 2018.

- d. O floating a creditar refere-se a valores creditados dos direitos de créditos autônomos e disponíveis no segundo dia seguinte à sua liquidação no banco receptor (D+2).
- e. Os créditos a receber do Estado de Minas Gerais referem-se a pagamentos de direitos de créditos autônomos efetuados pelos contribuintes diretamente na conta do Estado, através de DAE e outros, a ser repassados a MGI no término da operação.
- f. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A.. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.
- g. Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 81.911.347 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos *Credit Suisse* de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações.

Notas Explicativas



A MGI, baseando-se no CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros - apurou ganho de ajuste a valor justo sobre 81.911.347 ações da CEMIG emprestadas ao *Credit Suisse*, lançado diretamente em conta de resultado. O quadro abaixo destaca as informações:

Ações	Quantidade	Cotação/Custo (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Aumento do Valor Justo unitário (R\$)	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)	Saldo em 31/12/2018 (R\$)
CEMIG	80.624.435	6,87	553.890	13,86	6,99	563.565	1.117.455
	1.286.912	4,44	5.713	13,86	9,42	12.123	17.837
Totais	81.911.347					575.688	1.135.291

Ações	Quantidade	Cotação/Custo (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2017 (R\$)	Aumento do Valor Justo unitário (R\$)	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)	Saldo em 31/12/2017 (R\$)
CEMIG	74.141.429	7,71	571.630	6,87	(0,84)	(62.279)	509.351
	3.154.494	4,44	14.004	6,87	2,43	7.665	21.671
	3.328.512	6,57	21.869	6,87	0,30	999	22.868
Totais	80.624.435		607.503			(53.615)	553.890

- h. A subsidiária EMIP possui um saldo de R\$156 a receber do Estado de Minas Gerais, por intermédio de aporte de capital na MGI, referente a pagamentos de PPP's efetuados com recursos próprios da EMIP.
- i. Em 28 de setembro de 2018, a Companhia foi notificada nos termos da cláusula 6.4 do Contrato de Hedge a efetuar o empréstimo de 5.148.354 novas ações CMIG4, para não entrar em evento de avaliação. Em 04 de outubro de 2018, foi deliberado a suspensão temporária (“waiver”) dessa obrigação, (vide nota 14.f) considerando que a Companhia, concordou em repassar ao Banco *Credit Suisse* o reembolso dos proventos decorrentes da distribuição de dividendos, no valor de R\$40.979, e também do montante referente ao Juros sobre o capital próprio a receber, no valor de R\$10.023, decorrentes dos investimentos da Companhia em participação acionária na CEMIG, perfazendo o total de R\$51.002, para a aquisição das ações adicionais, e no menor prazo, entregá-las em empréstimos para a satisfação da obrigação objeto do presente *Waiver*.

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures (vide NE 13.b), as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2018:

Data de Vencimento	Opções de Venda				Opções de Compra			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)
12/07/2019	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
13/01/2020	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
13/07/2020	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/01/2021	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/07/2021	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69

Notas Explicativas



13/07/2026	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	4.631.944	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.944	11,69
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	4.631.955	5,73	MGI	Credit Suisse	4.631.955	11,69
TOTAL			88.006.947				88.006.947	

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra, de modo que não houve pagamentos, nem recebimentos, relativos a essas opções.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

A tabela abaixo apresenta os resultados encontrados, por meio de cálculo feito usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

Data de Vencimento	Volatilidade	Opções de Venda			Opções de Compra		
		Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
12/07/2019	43,52%	0,00	4.631.944	9	2,75	4.631.944	12.730
13/01/2020	43,52%	0,03	4.631.944	138	3,19	4.631.944	14.789
13/07/2020	46,00%	0,11	4.631.944	523	3,66	4.631.944	16.954
12/01/2021	46,00%	0,19	4.631.944	885	3,96	4.631.944	18.322
12/07/2021	51,88%	0,39	4.631.944	1.827	4,56	4.631.944	21.128
12/01/2022	51,88%	0,48	4.631.944	2.221	4,78	4.631.944	22.161
12/07/2022	50,09%	0,50	4.631.944	2.308	4,85	4.631.944	22.483
12/01/2023	50,09%	0,55	4.631.944	2.568	5,00	4.631.944	23.171
12/07/2023	48,01%	0,54	4.631.944	2.486	4,99	4.631.944	23.114
12/01/2024	48,01%	0,57	4.631.944	2.640	5,10	4.631.944	23.604
12/07/2024	45,87%	0,53	4.631.944	2.455	5,04	4.631.944	23.355
13/01/2025	45,87%	0,55	4.631.944	2.535	5,12	4.631.944	23.724
14/07/2025	45,44%	0,55	4.631.944	2.545	5,16	4.631.944	23.878
12/01/2026	45,44%	0,56	4.631.944	2.575	5,21	4.631.944	24.127
13/07/2026	43,43%	0,50	4.631.944	2.320	5,13	4.631.944	23.739
12/01/2027	43,43%	0,50	4.631.944	2.336	5,16	4.631.944	23.888
12/07/2027	43,43%	0,51	4.631.944	2.347	5,18	4.631.944	23.999
12/01/2028	43,43%	0,51	4.631.944	2.341	5,20	4.631.944	24.079
12/07/2028	43,43%	0,50	4.631.955	2.324	5,21	4.631.955	24.148
TOTAL				37.383			413.393
Total Circulante				9			12.730
Total Não Circulante				37.374			400.663

Segue abaixo demonstrativo do ajuste a valor justo das opções flexíveis reconhecidos diretamente no resultado:

	31/12/2017	AVJ (nota 21)	31/12/2018
Opções de venda	85.521	(48.139)	37.383
Opções de compra	123.271	290.122	413.393

Notas Explicativas



9 Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL/INSS	a.	13.347	3.944	13.698	4.057
Tributos retidos	b.	3.822	4.739	3.829	4.758
Ativo Circulante		17.169	8.683	17.527	8.815
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL/INSS	a.	16.234	26.554	17.066	27.779
Ativo não Circulante		16.234	26.554	17.066	27.779
Total		33.403	35.237	34.593	36.594

a. Tributos a recuperar

Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos tributos a recolher forem apurados.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JSCP.

10 Depósitos judiciais

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cível	a.	3.182	3.223	3.182	3.223
Tributária		-	583	-	583
Total		3.182	3.806	3.182	3.806

a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras on-line”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Investimento em controlada

A Companhia tem participação em 100% do capital social da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. (Subsidiária Integral). O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos na subsidiária.

A Companhia, no exercício de 2018, aportou na EMIP, a título de AFAC, a importância de R\$28.170, sendo R\$150 para cumprimento de obrigações operacionais, assim como efetuou uma reclassificação da importância de R\$28.020 a título de obrigações por repasse.

Notas Explicativas



Investimentos	31/12/2017	Aporte de Capital	Reclassificação p/obrigações por repasse	Equivalência patrimonial (i)	31/12/2018
EMIP - parte relacionada	5.805	28.170	(28.020)	(2.117)	3.838

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da controlada:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	4.426	6.824
Ativo não circulante	990	1.225
Total do ativo	5.416	8.049
Passivo circulante	1.578	2.244
Patrimônio líquido	3.838	5.805
Total do passivo e patrimônio líquido	5.416	8.049

12 Outros investimentos

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado							
	CEMIG	COPASA	BDMG	GERDAU S.A.	GERDAU OUTROS	CODEMIG/ CODEMGE	OUTROS	TOTAL
Saldos em 31/12/2017	10.413	6.710	15.600	734	4.637	-	7	38.101
Aquisições de ações	-	-	-	-	-	7	-	7
Cisão Codemig	-	-	-	-	-	11	-	11
Custo das ações transferidas (i)	(5.713)	-	-	-	-	-	-	(5.713)
AVJ das ações transferidas (i)	(3.128)	-	-	-	-	-	-	(3.128)
Impairment	-	-	(84)	-	(2.224)	-	-	(2.308)
Ajuste a Valor Justo do período	1.600	2.805	-	145	-	-	(1)	4.549
Saldos em 31/12/2018	3.172	9.515	15.516	879	2.413	18	6	31.519

(i) **Transferência para Direito Creditório:** Em atendimento à Cláusula Sexta – Ajustes Adicionais do Contrato de Hedge firmado entre a MGI e o Credit Suisse, caso ocorra anúncio de pagamentos de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros proventos em dinheiro das CMIG4s, os parâmetros “Quantidade” e “Preço de Exercício” das opções serão ajustados e, conseqüentemente, serão efetuados novos empréstimos de CMIG4, a título gratuito, de forma que a quantidade de CMIG4s emprestadas, nos termos do Contrato de Empréstimo de ações, seja ao menos igual ao somatório das Quantidades das Opções Flexíveis de Compra vigentes. Durante este exercício, foram realizados empréstimos adicionais de 1.286.912 ações CMIG4 ao Credit Suisse.

No primeiro semestre de 2018 foram emprestadas ao Credit Suisse, em conformidade com o contrato de hedge, 1.286.912 ações da CMIG4.

Desta forma, o valor justo dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está representado por 228.835 ações preferenciais da Cemig, 154.640 ações ordinárias da Copasa, 580.734.187 ações preferenciais do BDMG, 59.422 ações da Gerdaul S.A., dentre outros investimentos, e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das informações financeiras trimestrais, sendo os investimentos em Companhias

Notas Explicativas



abertas (Cemig, Copasa, e Gerdaul S. A.) classificados no nível 1 - mercado ativo - preço cotado (veja nota 24.O), e os investimentos em Companhias fechadas classificados no nível 2 – sem mercado ativo – técnica de avaliação (veja nota 24.n).

A MGI, baseando-se no CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros - apurou no exercício, perda de ajuste a valor justo sobre ações da CEMIG e ganho de ajuste a valor justo sobre ações da COPASA e da GERDAU conforme detalhado no quadro abaixo:

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2017 (R\$)	Valor justo em 31/12/2017	Cotação em 31/12/2018 (R\$)	Aumento/(Diminuição) do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2018	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)
CEMIG	228.835	6,87	1.572	13,86	6,99	3.172	1.600
COPASA	154.640	43,39	6.710	61,53	18,14	9.515	2.805
GERDAU	59.422	12,38	736	14,82	2,44	879	145
TOTAL			9.018			13.566	4.550

Ações	Quantidade	Cotação em 31/12/2016 (R\$)	Cotação de aquisição (R\$)	Custo Total (R\$)	Cotação em 31/12/2017 (R\$)	Aumento do Valor Justo unitário (R\$)	Valor justo em 31/12/2017	Ganho/Perda de Valor Justo (R\$)
CEMIG	1.286.922	7,71	-	9.922	6,87	(0,84)	8.842	(1.080)
CEMIG	228.825	-	6,57	1.503	6,87	0,30	1.572	69
Total CEMIG (a)	1.515.747	-	-	11.425	-		10.414	(1.011)
COPASA	154.640	36,50	-	5.644	43,39	6,89	6.710	1.066
							17.124	56

(a) Valor composto conforme abaixo:

	Quantidade	Valor
Valor justo das ações até 30/06/2017	4.441.416	1.643
Valor justo das ações baixadas em 01/07/2017	(3.154.494)	(1.167)
Valor justo das ações disponíveis de 30/06/2017 a 30/09/2017	1.286.922	(128)
Valor justo das ações disponíveis de 30/09/2017 a 31/12/2017	1.515.747	(1.359)
		(1.011)

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais da Cemig, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1).

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 13.c, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando o aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Notas Explicativas

Com as novas aquisições de ações e empréstimos adicionais, já mencionados acima, as ações que fazem parte do investimento da Companhia, na data destas demonstrações, encontram-se assim segregadas:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Cemig - Livres	228.825	228.825
Cemig - Bloqueadas	10	1.286.922
Cemig - Bloqueadas (direitos creditórios - Vide nota 7.g)	81.911.347	80.624.435
	82.140.182	82.140.182

13 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2018 estão assim evidenciados:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Tipo	Saldo em 31/12/2017	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	Saldo em 31/12/2018
Debêntures Subordinadas (a)						
Passivo circulante	-	15.000	-	(15.000)	-	-
Passivo não circulante	972.368	(15.000)	52.217	-	-	1.009.585
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(341.788)	-	56.352	-	-	(285.436)
Total	630.580	-	108.569	(15.000)	-	724.149
Debêntures 5ª emissão (b)						
Passivo circulante	34.601	23.672	64.200	(69.241)	-	53.231
Passivo não circulante	644.493	(23.672)	-	-	-	620.821
Total	679.094	-	64.200	(69.241)	-	674.052
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.309.674	-	172.769	(84.241)	-	1.398.201
Passivo circulante	34.601	38.672	64.200	(84.241)	-	53.231
Passivo não circulante	1.275.073	(38.672)	108.569	-	-	1.344.970

a. Debêntures de 2ª Emissão - Subordinadas

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

Notas Explicativas



O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos - o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022; entretanto, pode ser feita amortização extraordinária, a critério da Emissora, condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da Debêntures Seniores.

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 5ª Emissão

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que prevê a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição, sendo que a primeira integralização no montante de 650 debêntures ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das debêntures da 4ª emissão, as quais foram liquidadas.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI, acrescida de spread de 3,4376% a.a.

A 5ª Emissão tem como principal “covenant”, o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias úteis após o rompimento.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 1.286.922 ações (vide nota 12.a.1) preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 4ª Emissão, os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

Notas Explicativas



c. Debêntures de 6ª Emissão

Em 24 de maio de 2018, a Companhia emitiu 2.000 debêntures da espécie subordinadas, no valor de R\$2.000.000, com vencimento de 1 ano, remuneradas a pelo seu valor unitário equivalente a 100% das médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - DI, acrescida de *spread* de 6,5% a.a., com pagamentos trimestrais, além dos prêmios trimestrais no valor de R\$6.200. Os valores devidos a título de principal deverão ser amortizados e pagos pela Companhia em uma única parcela na data de vencimento. Essas Debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em atendimento ao disposto no artigo 157, §4º da Lei nº 6404/76 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, a Companhia comunicou à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 27 de dezembro de 2018, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, o cancelamento da sua 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), no montante de R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), a qual foi objeto do fato relevante divulgado pela Companhia em 17 de maio de 2018. Em virtude da não concretização de outros negócios da Companhia vinculados à 6ª emissão de debêntures, não tendo sido ela distribuída até a presente data, o Conselho de Administração aprovou em 27 de dezembro de 2018 o cancelamento da Oferta.

14 Obrigações por repasses

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	8.106	8.762	8.106	8.762
Recursos da venda de imóveis de terceiros - partes relacionadas	b.	2.032	3.645	2.032	3.645
Créditos de terceiros	c.	1.034	372	1.077	2.107
Obrigações com EMG - partes relacionadas CP	d.	73	-	73	-
Obrigações com EMG - partes relacionadas LP	d.	15.768	2.160	15.768	2.160
Obrigações com a Codemig - partes relacionadas	e.	-	17.992	-	17.992
Obrigações com o Credit Suisse	f.	18.808	-	18.808	-
Outras obrigações		4	39	4	39
		45.825	32.970	45.868	34.705
Circulante		30.057	12.818	30.100	14.553
Não Circulante		15.768	20.152	15.768	20.152

- a) Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas e ao fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;

Notas Explicativas



- b) Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c) Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- d) Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos (R\$2.160) e obrigações por repasse de convênios (R\$13.608), conforme descrito na nota 7c e valores a repassar referente a vendas de imóveis (R\$73).
- e) Contrato de compra e venda de ações celebrado com a Codemig, em 16 de junho de 2016, como aquisição, pela MGI, de 578.039.299 ações emitidas pelo BDMG, pertencentes à Codemig, pelo valor de R\$17.992, quitado em 28 de dezembro de 2018.
- f) Valor relativo aos encargos contratuais pela suspensão temporária (“waiver”) da obrigação de empréstimo de 5.148.354 novas ações CMIG4, previsto na cláusula 6.4 do contrato de hedge, a ser paga em 03 (três) parcelas até 12 de julho de 2019.

15 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	226.858	(12.480)	226.858	(12.480)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	77.132	(4.243)	77.132	(4.243)
Receita de dividendos	(14.149)	(6.590)	(14.149)	(6.590)
Equivalência Patrimonial	720	652	-	-
Provisão/Reversão para perda de investimentos	785	2.390	785	2.390
Impairment Direitos creditórios	7.937	85.575	7.937	85.536
Ajuste a valor justo (i)	(90.253)	(97.484)	(90.253)	(97.484)
Outras despesas não dedutíveis	-	30	-	30
Imposto diferido não constituído	17.828	19.670	18.548	20.361
	-	-	-	-
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

- i. Ajustes a valor justo referente as ações da Cemig e Opções Flexíveis de ações, conforme consta na DRE, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 07) e Debêntures (nota 13).

Notas Explicativas**a. Ativo fiscal diferido**

Em relação aos créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa apuradas nos exercícios de 2014 a 2018, que seriam registrados no ativo diferido, a Companhia vem controlando os saldos somente no Lalur, visto que não há perspectiva de lucros fiscais nos próximos exercícios, conforme recomenda o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Base de cálculo negativa/Prejuízo fiscal	52.865	57.854	54.982	59.771
IRPJ/CSLL (34%)	17.828	19.670	18.548	20.361

b. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido tem como base de cálculo os ganhos e perdas de ajuste a valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial	7.627	6.205	7.627	6.205
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(1.907)	(1.551)	(1.907)	(1.551)
Contribuição social (9%)	(686)	(559)	(686)	(559)
Passivo fiscal diferido	(2.593)	(2.110)	(2.593)	(2.110)

Controladora e Consolidado

Passivo fiscal diferido - 01 de janeiro de 2017	<u>6.805</u>
Outros Resultados Abrangentes do exercício	(10.264)
Outros Resultados Abrangentes de exercícios anteriores	(3.546)
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(3.452)
Contribuição social (9%)	<u>(1.243)</u>
Passivo fiscal diferido constituído (revertido) no período	(4.695)
Passivo fiscal diferido - 31 de dezembro de 2017	<u>2.110</u>
Passivo fiscal diferido - 31 de dezembro de 2017	<u>2.110</u>
Outros Resultados Abrangentes do exercício	1.422
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	355
Contribuição social (9%)	128
Passivo fiscal diferido constituído (revertido) no período	483
Passivo fiscal diferido - 31 de dezembro de 2018	2.593

Notas Explicativas



16 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG e valores a receber da EMIP referentes ao convênio firmado entre as partes; (ii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviço firmado junto à SEF; (iii) debêntures subordinadas subscritas pelo EMG; (iv) dividendos do BDMG; (v) Codemig.

31/12/2018							
Estado de MG	Cemig	Emip	Codemge	BDMG	Copasa	Total	
Ativos							
Circulante:	1.451	33	787	3	400	-	2.674
Contas a receber, JCP e Dividendos	1.451	33	787	3	400	-	2.674
Não Circulante:	44.536	-	-	-	-	-	44.536
Contas a receber	44.536	-	-	-	-	-	44.536
Passivos							
Circulante	2.032	-	-	-	-	-	2.032
Obrigações por Repasse	2.032	-	-	-	-	-	2.032
Não Circulante	739.990	-	-	-	-	-	739.990
Debêntures 2ª emissão	724.149	-	-	-	-	-	9
Obrigações por Repasse	15.841	-	-	-	-	-	15.841

31/12/2018							
Estado de MG	Cemig	Emip	Codemge	BDMG	Copasa	Total	
Receitas	2.021	52.923	(2.117)	6	471	-	53.304
Serviços Prestados	2.021	-	-	-	-	-	2.021
Participações Acionárias	-	52.923	-	6	471	622	54.022
Equivalência Patrimonial	-	-	(2.117)	-	-	-	(2.117)
Impairment	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Outros Resultados Abrangentes	-	(1.528)	-	-	-	2.805	1.277
Encargos financeiros Debêntures 2ª Emissão	52.217	-	-	-	-	-	52.217

Notas Explicativas



31/12/2017								
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
Ativos								
Circulante:	1.352	-	-	65	-	40	-	1.457
Contas a receber, JCP e Dividendos	1.352	-	-	65	-	40	-	1.457
Não Circulante:	42.982	-	-	-	-	-	-	42.982
Contas a receber	42.982	-	-	-	-	-	-	42.982
Passivos								
Circulante	3.645	-	-	-	17.992	-	-	21.637
Obrigações por Repasse	3.645	-	-	-	17.992	-	-	21.637
Não Circulante	632.739	-	-	-	-	-	-	632.739
Debêntures 2ª emissão	630.579	-	-	-	-	-	-	630.579
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	-	-	-	-	2.160

31/12/2017								
	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
Receitas	1.656	-	22.651	(1.917)	-	-	-	22.390
Serviços Prestados	1.656	-	-	-	-	-	-	1.656
Participações Acionárias	-	-	22.651	-	-	-	324	22.975
Equivalência Patrimonial	-	-	-	(1.917)	-	-	-	(1.917)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	155	-	-	-	1.065	1.220
Custo com Debêntures 2ª Emissão	79.701	-	-	-	-	-	-	79.701

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas predominantemente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de seus investimentos em empresas coligadas e controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas. A Companhia possui Política de Transação com partes relacionadas e Área de Gestão de Riscos responsável por atestar a conformidade das referidas transações.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Não existem remuneração baseada em ações e a remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia compreende:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Diretoria	1.302	1.241
Conselho de Administração	295	291
Honorários	1.597	1.532

Notas Explicativas



17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Durante o exercício de 2018, a Companhia recebeu aporte de capital do seu acionista controlador, no montante de R\$47.838, sendo R\$41.362 de integralização de capital e R\$6.476 de AFAC. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. O Capital Social é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Posição em 31/12/2017		Posição em 31/12/2018	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Estado Minas Gerais	574.184.398	99,9557%	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0288%	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%	35.860	0,0062%
Total	574.438.888	100,0000%	574.438.888	100,0000%

Em 31 de dezembro de 2018, seu capital social subscrito é de R\$3.542.798, sendo o capital social integralizado no montante de R\$3.096.182 e o capital social a integralizar no valor de R\$446.616.

Parte desse Capital Social é composto por recursos aportados pelo acionista controlador, EMG, destinados a finalidades específicas: (i) o montante de R\$1.186.624 é destinado à promoção do desenvolvimento estadual por meio de convênios celebrados com entidades públicas municipais, autarquias e fundações; (ii) o valor de R\$828.856 foi aportado pela MGI na subsidiária EMIP para fins de pagamentos de contraprestações, em nome do Estado de Minas Gerais, aos parceiros privados no âmbito das PPP's.

Nesse sentido, para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou desses aportes de capital, um total de R\$2.015.480 da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não circulante, pois os recursos originários dessa transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

Dessa forma, o capital social em 31 de dezembro de 2018 é R\$1.080.702

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da subsidiária EMIP não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que a MGI detém. Os mesmos foram realizados para atendimento às normas contábeis brasileiras.

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

b. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

Notas Explicativas**c. Reserva legal**

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (quando existente), ajustado na forma da lei.

e. Resultado líquido por ação básico e diluído

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	574.439	574.439	574.439	574.439
Resultado do exercício	226.858	(12.480)	226.858	(12.480)
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	394,92	(21,73)	394,92	(21,73)

Não existem instrumentos financeiros com efeitos diluidores do resultado por ação em 31/12/2018 e 2017, pelo que o resultado diluído é equivalente ao resultado básico.

18 Receita

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas de serviços	2.021	1.656	2.021	1.656
Receitas de recuperação de créditos	3.728	3.542	3.728	3.542
Receitas de atualização de créditos	a. 69.754	98.761	69.754	98.761
Receita de participação acionária	b. 54.360	23.102	54.360	23.102
Receitas de vendas de imóveis	-	-	2.346	614
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	50.625	70.069	50.625	70.069
Impostos sobre serviços (ISS)	(101)	(83)	(101)	(83)
PIS/COFINS	(1.626)	(1.573)	(1.844)	(1.636)
Receita Total	178.761	195.474	180.889	196.025

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos, juros sobre o capital próprio e venda de direitos de subscrição de ações decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cemig - parte relacionada	52.923	22.651	52.923	22.651
Copasa - parte relacionada	622	324	622	324
BDMG - parte relacionada	471	-	471	-
Codemge - parte relacionada	6	-	6	-
Grupo Gerdau	338	110	338	110
Outras	-	17	-	17
	54.360	23.102	54.360	23.102

Notas Explicativas



19 Custos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	4.301	5.137	4.301	5.137
Obrigações por repasse	672	979	672	979
Serviços de terceiros	679	658	679	658
Despesas judiciais	388	256	388	256
Juros sobre Debêntures	a. 116.011	167.451	116.011	167.451
Encargos contratuais	b. 18.808	-	18.808	-
Amortização de custos de transação	406	563	406	563
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	56.352	87.292	56.352	87.292
Custos dos Imóveis Vendidos	-	-	2.191	745
Demais custos	310	199	310	199
Custos Total	197.927	262.535	200.118	263.280

a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.

b. Juros contratuais decorrente do “waiver” a favor do *Credit Suisse*.

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras				
Receitas aplicações financeiras	10.716	18.626	10.752	18.724
Receitas com títulos e valores mobiliários	-	1.222	-	1.222
Receitas de atualização de créditos	2.761	2.794	2.826	2.914
PIS/COFINS	(3.905)	(4.853)	(3.910)	(4.863)
	9.572	17.789	9.668	17.997
Despesas Financeiras				
IOF	(77)	(374)	(79)	(384)
Outras despesas	(11)	(146)	(12)	(146)
	(88)	(520)	(91)	(530)
Resultado Financeiro Líquido	9.484	17.269	9.577	17.467

21 Resultado de ajustes a valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ajustes a valor justo				
Ganho/(perda) das ações da Cemig emprestadas	575.688	(53.613)	575.688	(53.613)
Ganho/(perda) das opções de venda	(48.139)	26.044	(48.139)	26.044
Ganho/(perda) das opções de compra	(290.122)	29.531	(290.122)	29.531
Ganho/(perda) dos Direitos de Crédito Autônomos	33.749	301.980	33.749	301.980
	271.177	303.942	271.177	303.942

22 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 01 de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683 com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil e o restante, R\$141.200, proveniente de operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 2016, o Estado de Minas Gerais efetuou vários aumentos de capital, no valor total de R\$218.806, dos quais foi integralizado o montante de R\$101.000, restando R\$117.806 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2020.

Até 31 de dezembro de 2018, foram repassados R\$11.173 aos convenientes, em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Este valor está apresentado líquido das devoluções recebidas dos convenientes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. A movimentação ocorrida no período está demonstrada abaixo:

Convênios	31/12/2017	Movimentações		31/12/2018
	Saldo inicial	Pagamentos	Devoluções	Saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	5.018	-	-	5.018
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDINOR	1.900	-	(1)	1.899
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	95.477	-	(90)	95.387
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	14.177	-	-	14.177
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	6.172	-	(329)	5.843
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	7.759	-	-	7.759
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	993.382	2.096	(2.118)	993.360
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	29.473	-	(586)	28.887
Sec. Est. Governo - SEGOV	4.234	-	-	4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.864	-	(12)	12.852
Sec. Est. Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES	3.600	-	-	3.600
	1.174.056	2.096	(3.136)	1.173.016

Notas Explicativas



As prestações de contas desses convênios devem ser apresentadas pelos Convenientes à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essas prestações de contas têm como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores repassados devidamente atualizados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 980 convênios vencidos há mais de 90 dias sem análise das respectivas prestações de contas, conforme detalhado abaixo:

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento de MG – SEAPA	1	100
Sec. Est. Cidades e Integração Regional de MG- SECIR	135	35.945
Sec. Est. Administração Prisional de MG – SEAP	6	14.666
Sec. Est. Esportes de MG – SEESP	1	6.172
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	17	5.839
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	712	801.471
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	105	28.208
Sec. Est. Governo - SEGOV	2	350
Sec. Est. Des. Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SEDECTES	1	3.600
	980	896.351

A maior parte desses convênios já teve a prestação de contas entregue à Secretaria interveniente para validação e envio à MGI. Os demais são objetos de medidas administrativas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou de tomada de contas especial, conforme detalhado abaixo:

Detalhamento da Situação dos Convênios		
Situação	Quantidade	Valor
Prestação de contas em análise na Secretaria interveniente	949	888.553
Convênios em processo de tomada de contas especial	5	1.086
Convênios com medidas administrativas	20	5.051
Prestação de contas reprovadas - medidas administrativas em andamento	1	100
Omissão em prestar contas	5	1.562
Total	980	896.352

A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas e aprimorado os seus controles internos para conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. Adicionalmente, a Companhia cumpre com todas as suas atribuições previstas no âmbito de governança estabelecida para convênios.

Dando continuidade ao processo de melhoria dos controles internos relacionados aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer legal, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o

Notas Explicativas



regramento aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações *etc*) para a realização do objeto dos convênios.

Nesse sentido, qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como:

- a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso;
- b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada;
- c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública.

Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda numa eventual defesa (remoto, possível e provável).

Com base em parecer de especialistas, reafirmamos que:

“No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e art. 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que:

a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais;

b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado;

c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gerência sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados;

d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão;

e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados.

Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos.”

Notas Explicativas



Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa informação intermediária, conforme apresentado abaixo:

CONTROLADORA	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 Divulgado	CONTROLADORA	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	177.339	-	177.339	Obrigações por repasse - convênios	1.188.784	(1.173.016)	15.768
Ctas a receber e outros créditos	3.034.747	(1.173.016)	1.861.731	Outros	2.2343.	-	2.234.484
Outros	211.181	-	211.181				
Total do ativo	3.423.267	(1.173.016)	2.250.251	Total do passivo e PL	3.423.267	(1.173.016)	2.250.251
CONSOLIDADO	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 Divulgado	CONSOLIDADO	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	177.339	-	177.339	Obrigações por repasse - convênios	1.188.784	(1.173.016)	15.768
Ctas a receber e outros créditos	3.034.903	(1.173.016)	1.861.887	Outros	2.235.274	-	2.235.274
Outros	211.816	-	211.816				
Total do ativo	3.424.058	(1.173.016)	2.251.042	Total do passivo e PL	3.424.059	(1.173.016)	2.251.042
CONTROLADORA	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado	CONTROLADORA	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	215.935	(12.567)	203.368	Obrigações por repasse - convênios	1.206.776	(1.186.624)	20.152
Ctas a receber e outros créditos	2.353.975	(1.174.056)	1.179.919	Outros	1.589.378	-	1.589.378
Outros	226.243	-	226.243				
Total do ativo	2.796.153	(1.186.623)	1.609.530	Total do passivo e PL	2.796.154	(1.186.624)	1.609.530
CONSOLIDADO	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado	CONSOLIDADO	31/12/2017	Ajuste	31/12/2017 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	215.935	(12.567)	203.368	Obrigações por repasse - convênios	1.206.776	(1.186.624)	20.152
Ctas a receber e outros créditos	2.394.846	(1.214.927)	1.179.919	Outros	1.591.557	-	1.591.557
Outros	228.422	-	228.422				
Total do ativo	2.839.203	(1.227.494)	1.611.709	Total do passivo e PL	2.798.333	(1.186.624)	1.611.709

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia, não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

Notas Explicativas



23 Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

- Processo em trâmite contra a Companhia na 1ª Vara de Tributários do Estado - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota 7-f). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de R\$52.153. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$9.868. Valores atualizados pelo fator de atualização monetário do TJMG, até a data dessas demonstrações financeiras. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível.

24 Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia e sua subsidiária apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e sua subsidiária. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, que atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de sua subsidiária. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e

Notas Explicativas



construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. Com a Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, a Companhia criou em 2018, uma área responsável pela gestão de risco.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e sua subsidiária de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Crédito Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2018 decorreu-se setenta e cinco meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das informações trimestrais foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.146	7.961	4.538	8.983
Títulos e valores mobiliários (curto e longo prazo)	6	177.339	203.368	177.339	203.368
Contas a receber e outros créditos (curto e longo prazo) (i)	7	1.906.309	1.229.453	1.905.678	1.229.422
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7	51.438	40	51.438	40
Contratos de opções flexíveis (curto e longo prazo)	8	37.383	85.521	37.383	85.521
Total		2.176.615	1.526.343	2.176.376	1.527.334

- (i) Os Créditos vinculados aos direitos econômicos relativos aos proventos das ações alienadas fiduciariamente (juros sobre capital próprio, dividendos, rendimentos), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia depositado representam a exposição máxima do risco de crédito.

e. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber e outros créditos

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Notas Explicativas



Direitos de Crédito Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 24.n.

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 7.d).

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de sua subsidiária de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e sua subsidiária sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de sua subsidiária.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo financeiro					
Fornecedores e outras contas a pagar		255	218	260	218
Debêntures Subordinadas	13	724.149	630.579	724.149	630.579
Debêntures 5ª Emissão	13	674.052	679.094	674.052	679.094
Obrigações por repasse (curto e longo prazo)	14	45.825	32.970	45.868	34.705
Contrato de opções flexíveis (curto e longo prazo)	8	413.393	123.271	413.393	123.271
Total		1.857.674	1.466.132	1.857.722	1.467.867

Exercício findo em 31/12/2018	Controladora					Total
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	
Passivo financeiro						
Fornecedores e outras contas a pagar	255	-	-	-	-	255
Debêntures Subordinadas	-	-	-	724.149	-	724.149
Debêntures 5ª Emissão	-	-	53.231	240.760	380.061	674.052
Obrigações por repasse	-	7.271	22.786	15.768	-	45.825
Contrato de opções flexíveis	-	-	12.730	209.081	191.582	413.393
Total	255	7.271	88.746	1.189.758	571.644	1.857.674

Exercício findo em 31/12/2018	Consolidado					Total
	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	
Passivo financeiro						
Fornecedores e outras contas a pagar	260	-	-	-	-	260
Debêntures Subordinadas	-	-	-	724.149	-	724.149
Debêntures 5ª Emissão	-	-	53.231	240.760	380.061	674.051
Obrigações por repasse	-	7.271	22.830	15.767	-	45.868
Contrato de opções flexíveis	-	-	12.730	209.081	191.582	413.393
Total	260	7.271	88.790	1.189.757	571.643	1.857.722

Notas Explicativas



Exercício findo em 31/12/2017	Controladora					
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	218	-	-	-	-	218
Debêntures Subordinadas	-	-	-	630.579	-	630.579
Debêntures 5ª Emissão	29.094	-	-	168.532	481.468	679.094
Obrigações por repasse	-	39	12.779	20.152	-	32.970
Contrato de opções flexíveis	-	-	-	31.969	91.302	123.271
Total	29.312	39	12.779	851.232	572.770	1.466.132

Exercício findo em 31/12/2017	Consolidado					
Passivo financeiro	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	218	-	-	-	-	218
Debêntures Subordinadas	-	-	-	630.579	-	630.579
Debêntures 5ª Emissão	29.094	-	-	168.532	481.468	679.094
Obrigações por repasse	-	39	14.514	20.152	-	34.705
Contrato de opções flexíveis	-	-	-	31.969	91.302	123.271
Total	29.312	39	14.514	851.232	572.770	1.467.867

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos.

Já a amortização dos juros das Debêntures da 5ª Emissão, será paga semestralmente, sempre nos dias 12 de julho e 12 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 12 de janeiro de 2016 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em 12 de julho de 2019 e o último na data de seu vencimento.

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e conseqüentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

h. Risco cambial

A Companhia e sua subsidiária não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

Notas Explicativas**i. Risco de taxa de juros**

A Companhia e sua subsidiária adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras	2.988	13.739
Aplicações financeiras vinculadas	177.339	196.277
Total de direitos creditórios (a)	724.149	630.579
Debêntures	(1.398.201)	(1.309.673)
Saldo líquido de exposição	(493.725)	(469.078)
Indexador IGP-M		
Títulos e valores mobiliários	-	2.221

- (a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e sua subsidiária.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2018, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

		(Reduções em milhares de reais)		
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	8.023	16.046
Premissas para a análise de sensibilidade:				
Variável de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *		6,50	4,88	3,25

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Notas Explicativas



Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2018, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e sua subsidiária.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e sua subsidiária não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig, Copasa e Gerdau que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo. A operação com opções de compra e venda de ações da Cemig, efetuada pela Companhia para reestruturar a garantia dada aos debenturistas da 5ª emissão, cujo preço de liquidação é mensurado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção, está classificada no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,01% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,02%.

k. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

l. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de sua subsidiária.

O objetivo da Companhia e de sua subsidiária é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

Notas Explicativas



- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Elaboração de Programa de Compliance

m. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ao valor justo por meio do resultado	1.172.674	1.172.674	639.411	639.411	1.172.674	1.172.674	639.411	639.411
Direitos Creditórios Credit Suisse	1.135.291	1.135.291	553.890	553.890	1.135.291	1.135.291	553.890	553.890
Contratos de opções flexíveis	37.383	37.383	85.521	85.521	37.383	37.383	85.521	85.521
Ao valor justo por meio de outros Resultados abrangentes	31.519	31.519	38.101	38.101	35.161	35.161	43.736	43.736
Outros investimentos	31.519	31.519	38.101	38.101	31.519	31.519	38.101	38.101
Imóveis para venda	-	-	-	-	3.642	3.642	5.635	5.635
Ao Custo Amortizado	1.003.941	1.003.941	886.662	886.932	1.003.701	1.003.702	928.794	928.794
Caixa e equivalente de caixa	4.146	4.146	7.961	7.961	4.538	4.538	8.983	8.983
Títulos e valores mobiliários	177.339	177.339	203.368	203.368	177.339	177.339	203.368	203.368
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	98.307	98.307	45.024	45.024	97.677	97.677	85.864	85.864
Direitos de Créditos Autônomos	724.149	724.149	630.579	630.579	724.149	724.149	630.579	630.579
Passivo Financeiro ao custo amortizado	1.444.281	1.444.281	1.342.861	1.342.861	1.444.329	1.444.329	1.344.596	1.344.596
Fornecedores	255	255	218	218	260	260	218	218
Obrigações por repasse	45.825	45.825	32.970	32.970	45.868	45.868	34.705	34.705
Debêntures	1.398.201	1.398.201	1.309.673	1.309.673	1.398.201	1.398.201	1.309.673	1.309.673
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	413.393	413.393	123.271	123.271	413.393	413.393	123.271	123.271
Contratos de opções flexíveis	413.393	413.393	123.271	123.271	413.393	413.393	123.271	123.271

Notas Explicativas



Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** - Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigação por repasse**-As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Notas Explicativas



Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

n. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2018

	Saldo em 31/12/2018	Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Ativos financeiros designados ao valor justo				
Contas a receber - Credit Suisse nota 7.g	1.135.291	1.135.291	-	-
Contrato de opções flexíveis nota 8	37.383		37.383	-
Investimentos em Companhias Abertas – Cemig, Copasa e Gerdau S.A. nota 12	13.566	13.566	-	-
Investimentos em Companhias fechadas - Gerdau Açominas e Ações Longos, BDMG e Codemge - nota 12	17.953	-	17.953	-
	<u>1.204.193</u>	<u>1.148.857</u>	<u>55.336</u>	<u>-</u>

A nota explicativa 12.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas



As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços, Gerdau América do Sul Participações e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, conseqüentemente, o preço de mercado de sua ação não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Responsabilidade Civil	3.000	3.000
Patrimonial	1.400	640
TOTAL	4.400	3.640

26 Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal no 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual no 47.154/17, a MGI foi constituída com o objetivo de participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de atividades econômicas nos setores agrícolas, industrial, comercial e de serviços no Estado de Minas Gerais. Com o passar dos anos, novos objetos foram agregados ao seu Estatuto Social, relacionados à consecução do interesse coletivo.

Dentre esses objetos, as atividades exercidas atualmente são a participação societária, a prestação de serviço de gestão de ativos do Estado de Minas Gerais, a promoção do desenvolvimento estadual por meio da celebração de convênios, operações de aquisição de direitos creditórios e emissão de debêntures e, por meio da subsidiária EMIP, a atuação como mandatária do Estado de Minas Gerais no pagamento de contraprestações de parcerias público-privadas. Os dados operacionais e financeiros dessas atividades estão descritos no item 3 do Relatório da Administração.

Conselho de Administração

Blenda Rosa Pereira Couto - Presidente
 Ricardo Lopes Martins - Vice-presidente
 Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro
 Bruno do Carmo Silva - Membro
 Daniel França de Freitas – Membro
 Letícia Fonseca Paiva Delgado - Membro
 Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior – Membro

Notas Explicativas



Diretoria Executiva

Antônio Eustáquio da Silveira - Diretor Presidente
Paulo Roberto de Araújo - Diretor Vice-Presidente
Carina Paiva Moura - Diretora Administrativa
Walmir Pinheiro de Faria - Diretor de Relações com Investidores
Lívia Silva Duarte - Diretora de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas e Administradores da

MGI Minas Gerais Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MGI - Minas Gerais Participações S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos direitos creditórios autônomos

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do Estado de Minas Gerais, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, objeto de parcelamentos administrativos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ("Créditos Tributários"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Estado. A realização desses créditos depende da efetivação do fluxo de recebimentos previsto.

Conforme mencionado na nota explicativa 7 (c), os direitos creditórios são contabilizados pelo valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo dos direitos creditórios são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que foram gerados. O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (default), descontada a perda estimada e o valor nominal do fluxo de pagamentos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o processo de avaliação envolve julgamento da administração e é altamente complexo e crítico, além de ser baseado em premissas que são afetadas por expectativas futuras de mercado e condições econômicas. Adicionalmente, os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2018, totalizam R\$724.149 mil no individual e no consolidado e, portanto, relevantes para as demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) utilização de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na avaliação e teste das premissas e metodologias utilizadas pela administração na preparação das projeções de fluxos de caixa, em particular aquelas relacionadas à receita projetada e taxa de desconto; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (c) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para avaliar a assertividade das projeções elaboradas pela Administração e sua correlação com os resultados subsequentes; (d) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (e) revisão da adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 7 (c) às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor justo dos direitos creditórios, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração dos creditórios autônomos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração das opções flexíveis de compra e venda

Conforme divulgado na nota explicativa 8, no escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. O modelo usado na apuração do valor justo dessas opções foi o Modelo Black & Scholes, ajustado para ações que pagam dividendos.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria considerando que o modelo de precificação das opções envolve julgamento da administração e é altamente complexo e crítico, além de ser baseado em premissas complexas. Adicionalmente, os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2018, totalizam R\$37.383mil no ativo e R\$413.393 mil no passivo, no individual e no consolidado e, portanto, relevantes para as demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento dos processos relacionados às debêntures e opções flexíveis; (b) utilização de especialistas na avaliação para nos auxiliar na análise do modelo de precificação utilizado pela companhia; (c) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (d) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para avaliar a assertividade das projeções elaboradas pela Administração e sua correlação com os resultados subsequentes; (e) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (f) revisão da adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o modelo de precificação, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas para o reconhecimento e mensuração das opções flexíveis, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio de Aquino Machado

Contador CRC-1MG065899/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, com base no Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S sobre eles emitido, opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Belo Horizonte, 22 de março de 2019.

Suzana Campos de Abreu

Presidente do Conselho

Laiana Maria de Souza Salomão Alvarenga Lechien

Conselheira

Natália Freitas Miranda

Conselheira

Grasielle Oliveira Espósito

Conselheira

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUD

Aos senhores Conselheiros de Administração da MGI – Minas Gerais Participações S.A.

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD é o órgão estatutário de caráter permanente que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria, supervisão e fiscalização.

O COAUD é integrado por três membros, eleitos em reunião do Conselho de Administração da companhia em agosto de 2018, sendo que pelo menos um deles possui experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária.

Dentre as principais atribuições do COAUD estão a de opinar sobre a contratação e a destituição do auditor independente; supervisionar as suas atividades e avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses serviços às necessidades da MGI. Ao COAUD cabe, ainda, monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela MGI.

Destacam-se, também, as atividades de avaliação e monitoramento das exposições de risco da companhia e a área de auditoria interna e a responsabilidade pela verificação do preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para as eleições de administradores e conselheiros fiscais e a avaliação de relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controles internos, além do estabelecimento e a divulgação de procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à empresa.

Os administradores da companhia são responsáveis pela elaboração e pela integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão de riscos, pela manutenção e efetividade dos controles internos e pela conformidade das atividades da empresa às normas legais e regulamentos aplicáveis. A auditoria interna tem a atribuição de aferir a adequação do controle interno, a efetividade e o gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A auditoria independente das demonstrações financeiras levantadas em 31.12.2018 ficou sob a responsabilidade da empresa Ernst & Young Auditores Independentes, que se encarregou, também, da revisão dos cálculos dos tributos incidentes sobre os resultados, além de proceder a avaliações sobre a adequação dos sistemas de controles internos para identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras.

Principais atividades do COAUD

O COAUD se reuniu por 9 vezes entre agosto e 31 de dezembro de 2018 e mais 5 vezes neste ano, sendo a última no dia 26 de março de 2019 para o exame final das demonstrações financeiras e emissão deste relatório. Nessas oportunidades, em que estiveram presentes diretores e gerentes de diversas áreas da empresa, assim como a presidente do Conselho de Administração, foram abordados assuntos variados que vão desde temas relacionados aos negócios da MGI, até assuntos como finanças, integridade, controles internos e riscos, contabilidade e auditoria interna. Destaques para as reuniões havidas com os auditores externos para conhecimento de metodologia de trabalho e padrões adotados para a sua independência e a abordagem de pontos considerados críticos na elaboração das demonstrações financeiras da MGI.

Em auxílio aos acionistas, o COAUD participou do processo de indicação de funcionário da MGI para a ocupação de vaga no Conselho de Administração, emitindo uma opinião sobre o preenchimento de requisitos e a ausência de vedações com relação aos candidatos que se apresentaram.

O COAUD supervisionou a elaboração do plano de trabalho da auditoria interna para o exercício de 2019, recomendando ao Conselho de Administração a inclusão de trabalhos que julgou requeridos ao aperfeiçoamento de controles internos. Também, apresentou àquele colegiado o seu próprio plano de trabalho para o exercício de 2019.

Considerações finais

As opiniões e julgamentos do COAUD estão fundamentados nas informações recebidas de componentes internos da MGI, especialmente da diretoria, da controladoria, da auditoria interna, da superintendência de planejamento estratégico, conformidade e gestão de riscos e da assessoria jurídica.

O COAUD reconhece o esforço da administração da MGI no sentido de implantar as estruturas de controles internos, de riscos e de governança exigidos pela Lei 13.303/2016, destacando, contudo, a não implantação da Ouvidoria e dos meios para a recepção de denúncias internas e externas à MGI, em matérias relacionadas ao escopo das atividades do Comitê.

Chamamos a atenção para as notas números “7e” e “16” às Demonstrações Financeiras, que descrevem que a MGI mantém contas a receber do seu acionista controlador em montantes significativos relativamente à sua posição patrimonial e financeira, o que exigirá esforços de sua administração para a necessária regularização.

Com relação a auditoria externa, o COAUD não identificou situação que pudesse afetar a objetividade e a independência dos auditores relativamente aos trabalhos de acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras da MGI. O COAUD considera haver fundamento técnico e normativo no parágrafo de “Outros Assuntos” apresentado pelo auditor independente em seu relatório.

Conclusão

O COAUD não recebeu até fechamento deste relatório registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis.

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da MGI em 31.12.2018, recomendando-as à aprovação pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019

Carlos Antônio Duarte

Coordenador

Regina Célia Nigri dos Santos

Membro

Heliomar Aparecido Rezende

Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 20 de março de 2019.

Antônio Eustáquio da Silveira

Diretor Presidente

Paulo Roberto de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Walmir Pinheiro de Faria

Diretor de Relações com Investidores

Carina Paiva Moura

Diretora Administrativa

Lívia Silva Duarte

Diretora de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Flávio Augusto Sampaio Menezes

Contador – CRC MG 68.072/O - 9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Belo Horizonte, 20 de março de 2019.

Antônio Eustáquio da Silveira

Diretor Presidente

Paulo Roberto de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Walmir Pinheiro de Faria

Diretor de Relações com Investidores

Carina Paiva Moura

Diretora Administrativa

Lívia Silva Duarte

Diretora de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Flávio Augusto Sampaio Menezes

Contador – CRC MG 68.072/O - 9